Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2024 | Nª 25.695 | Preço banca: R$ 3,50

Governo cria sistema de emissão de carteira nacional da pessoa com TEA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na quarta-feira (17), decreto que cria o Sistema Nacional de Cadastro da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (SisTEA). A medida deve facilitar e padronizar a emissão da carteira nacional de identificação dessa população.

O sistema informatizado é gerido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) e operacionalizado em conjunto com órgão estaduais e municipais. A assinatura ocorreu durante o encerramento da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília.

"Eu sei quem é que precisa de políticas públicas do Estado, que é o povo mais carente desse país, que é o povo mais pobre desse país, que são milhões de brasileiros, dentre eles as pessoas com deficiência. Vocês sentem na pele aquilo que a gente, muitas vezes, só vê em filme: o desrespeito, a falta de carinho, de solidariedade, de compreensão, o nojo", disse Lula.

"Vocês dão um exemplo de dedicação, abnegação e de muita resiliência. Só vocês é que podem dar o exemplo de que o ser humano não tem limite. O ser humano consegue aquilo que quer, é só ele ter vontade", acrescentou, defendendo que os participantes da conferência façam as críticas necessárias aos governantes e fiscalizem a implementação das políticas públicas. Página 3

Dólar sobe para R$ 5,48 influenciado por Japão e China

Página 4

Governo de SP lança campanha para reduzir mortes de pedestres

Página 2

Faculdade de Medicina da USP é pioneira no uso de robô cirúrgico no ensino

A Faculdade de Medicina da USP inaugurou o Centro de Treinamento em Procedimentos Minimamente Invasivos (Promin). A instituição passa a ser a primeira escola médica da América Latina a contar com um robô cirúrgico para ensino de ponta em cirurgia, tecnologia em alta no meio médico. O professor José Pinhata Otoch, titular da disciplina de Técnica Cirúrgica do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da USP, explica a utilização da técnica e suas perspectivas.

Procedimentos Minimamente Invasivos é o nome dado a técnicas que se propõem a realizar cirurgias com portas de entradas mínimas no corpo, sendo um dos meios o uso de robôs. Otoch explica que enquanto na cirurgia convencional precisa-se fazer uma incisão grande para que a mão do cirurgião caiba, o robô consegue chegar no órgão almejado com apenas um pequeno corte. Ele afirma que, como consequência, cirurgias desse tipo requerem menos tempo de internação e têm menos traumas cirúrgicos.

O professor comenta que não são todos os tipos de cirurgia que são facilmente transpostos para o modelo robótico – cirurgias de traumas, ou seja, que envolvem acidentes e necessitam de urgência, são um exemplo de caso insubstituível. Já cirurgias eletivas, em que o médico se programa para fazer, "têm uma indicação muito precisa para robótica. Então cirurgias urológicas, do trato digestório e algumas cirurgias pulmonares têm hoje uma perspectiva clara de aplicação da robótica", diz ele.

A premissa do robô é poder não só levar aprendizado para os membros da Faculdade de Medicina, mas para o Brasil como um todo. "A formação de cirurgiões tem um objetivo muito claro que é passar esse conhecimento para que isso possa ser incorporado dentro do Sistema Único de Saúde", afirma o médico. Ele complementa dizendo que atualmente a técnica de Procedimentos Minimamente Invasivos segue um nicho de alta renda, e o intuito é democratizar esse acesso.

A tecnologia segue uma crescente nos últimos anos. Otoch diz que ela ainda era uma ilusão poucas décadas atrás, mas que hoje se desenvolve rapidamente. "Até alguns anos atrás, nós tínhamos dois fabricantes de robô no mundo; hoje nós temos 160", diz o professor. E por mais que, segundo ele, a atualização profissional no campo médico tenha seguido "um caminho paralelo à universidade", o novo Centro de Treinamento em Procedimentos Minimamente Invasivos, pioneiro na América Latina, vem para mudar isso.

Brasil apresenta proposta de aliança global contra a fome e a pobreza

Foto: Sergio Amaral/Ministério do Desenvolvimento

Página 4

Projeto sobre desoneração só será votado com consenso, diz Pacheco

Página 4

Receita investiga sonegação de quase R$ 1 bilhão em venda de gado

A Operação Rei do Gado deflagrada na manhã da quarta-feira (17) pela Receita Federal apura a sonegação de impostos na compra e venda de gado no valor de quase R$ 1 bilhão.

Com apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e do Ministério Público do Estado do Maranhão, a operação cumpriu um mandado de prisão preventiva em Brasília e outros 50 mandados de busca e apreensão em seis cidades paulistas: Bálsamo, Cardoso, Macedônia, Rancharia, Santa Fé do Sul e Votuporanga. Página 3

Esporte

BH Stock Festival segue confirmado pela Justiça Federal

Mais um capítulo na batalha para a realização da etapa mineira da Stock Car Pro Series foi superada nesta sexta-feira, 12 de julho. A juíza federal Adriane Luísa Vieira Trindade, da 1ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, manteve a realização do evento em Belo Horizonte, entre os dias 15 e 18 de agosto.

A ação do Ministério Público Federal tinha objetivo de suspender a venda de ingressos para a realização do evento até que os testes de impactos sonoros fossem realizados e se mostrassem efetivos. Página 6

Foto: Rodrigo Guimarães

Stock *Car Pro Series*

Kartismo: AKSP Master Challenge disputa 4ª etapa do Interlagos Trophy

Foto: Emerson Santos

Cerca *de 100 pilotos participarão das cinco provas do AKSP*

O GP Olhar Clínico Marketing vai abrir a segunda metade do Interlagos Trophy e do AKSP Master Challenge, em disputas que serão realizadas no dia 18/7 no Kartódromo de Interlagos (SP).

Após três etapas os líderes do Interlagos Trophy e do AKSP Master Challenge são Gabriel Vitorino (Light), Allan Félix Espadrezani (Graduados), André dos Reis (Elite), Marco Verga (Sênior) e Janaina Zoumbounelos (Mulheres em Ação).

A cada etapa o AKSP promove uma ação social. Desta vez será em prol do pai de uma pilota que terá que fazer duas cirurgias com urgência. Página 6

Inclusão e Alegria no Kartódromo de Nova Odessa marcaram a semana da Brand Têxtil

O Kartódromo de Nova Odessa foi palco de um evento inovador que trouxe alegria e inclusão para crianças e adolescentes com deficiência (PCDs). Idealizado pelo americano Gene Fireball, o Kart Terapia tem a intenção de proporcionar toda a adrenalina que o esporte a motor tem para crianças com impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

O evento aconteceu sob sugestão da Brand Têxtil, tal como com o apoio da empresa que tem uma área designada à ações sociais. Página 6

Triunfo em Interlagos coloca TOYOTA GAZOO Racing na disputa da liderança do WEC

Foto: Rafa Catelan

TOYOTA *GAZOO Racing*

A TOYOTA GAZOO Racing celebrou no domingo a vitória nas 6 Horas de São Paulo, quinta etapa da temporada 2024 do WEC, o Mundial de Endurance, disputada no Autódromo de Interlagos. Sébastien Buemi, Brendon Hartley e Ryo Hirakawa tomaram a liderança da disputa no início da terceira hora de prova e dominaram a etapa brasileira do campeonato, que voltou a ser disputada após dez anos e contou com um público de 73.205 pessoas no final de semana.

Os pilotos da fabricante dominaram completamente o final de semana na capital paulista. No sábado, Kamui Kobayashi garantiu a pole position para o Toyota GR 010 Hybrid número 7. O japonês, que corre ao lado de Mike Conway e de Nyck de Vries, liderou as duas primeiras horas de disputa, até precisar fazer uma parada não programada nos boxes, cedendo a ponta para o time do carro numeral 8, de Buemi, Hartley e Hirakawa. Página 6

Governo de SP lança campanha para reduzir mortes de pedestres

Nos últimos cinco anos, 33.531 sinistros de trânsito tiveram pedestres como vítimas apenas na cidade de São Paulo. O número de vítimas fatais na capital, na contagem iniciada em 2015, se aproxima de mil. Sem carroceria ou outra estrutura que o proteja, o pedestre é a parte mais vulnerável do trânsito, ao lado de ciclistas e motociclistas. Por isso, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) determina que a prioridade na via é de quem está a pé. Mas nem sempre essa determinação tem o respeito devido.

É para falar de respeito e para salvar vidas nas vias públicas que o Governo paulista, por meio do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), ativou na terça-feira (16) uma campanha educativa com o filósofo e professor Clóvis de Barros Filho, primeira parte de uma ampla política que concentrará esforços do órgão, autarquia vinculada à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), pelos próximos anos.

"Civilidade é o respeito de um pelo outro. Pratique, respeitando a faixa de pedestres", diz Clóvis de Barros Filho em uma das peças da campanha, que ficará mais de um mês em circulação. Com uma estratégia robusta de divulgação, que inclui TV, rádio, jornal impresso, mídia digital e externa (mobiliário urbano), a ação educativa terá ainda um Dia D, no Dia Internacional do Pedestre, em 8 de agosto, com ações de conscientização desenvolvidas na rua.

Nas diversas mídias pelas quais se espalhará, a campanha terá três fases, ao final das quais ações de reforço e fiscalização seguirão ativas. Uma das fases, que ocupará 20% do período de exibição e circulação das iniciativas e peças publicitárias, terá o fim das férias como foco. As outras duas fases, cada uma com 40% da mídia prevista para a campanha, terão motoristas e pedestres como foco. "Toda faixa de pedestres é um sinal. Sinal de respeito", diz o slogan que finaliza as peças.

"Desenhamos uma campanha educativa para falar à alma do cidadão paulista. Quando as primeiras propostas foram trazidas, o nome do professor Clóvis de Barros Filho foi o que despontou. Juntos, salvaremos vidas. É nosso principal compromisso", disse o diretor-presidente do Detran-SP, Eduardo Aggio, no evento de lançamento da campanha, na tarde de terça, na B3.

"A faixa de pedestres representa não apenas um desafio para a integridade física e a vida, mas civilizacional. No dia em que todos respeitarem a faixa de pedestres, teremos alcançado um novo patamar de convivência entre os cidadãos, promovendo um comportamento de civilidade esperado em uma sociedade desenvolvida", afirmou, lembrando que, ao dar passagem ao pedestre que se encontra na faixa, ele não está apenas exercendo a lei, mas também cumprindo seu papel de cidadão.

CTB: pedestre é prioridade

Ao lado de cidadania, ética é uma boa palavra para resumir a nova campanha do Detran-SP. Foi essa a disciplina ministrada por Clóvis Barros Filho de 2003 a 2014, quando professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP), onde se tornou PhD em Comunicação. E é ela que o filósofo evoca para conscientizar a população sobre o dever de respeitar o pedestre e a faixa.

"Motorista: pare antes de toda faixa. Inclusive daquelas que não têm sinal", diz o filósofo numa peça em que chama o condutor à responsabilidade. Responsabilidade prevista no Código de Trânsito Brasileiro: o CTB determina que a prioridade na via é de quem está a pé. A prioridade do pedestre é citada no artigo 70 do CTB, enquanto o 214 enquadra o desrespeito à passagem do transeunte como infração grave ou gravíssima.

A infração é grave, com multa de R$ 195,23 e 5 pontos na carteira nacional de habilitação (CNH), no caso de o pedestre estar em travessia fora da faixa a ele destinada ou atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo. No caso de ser parte de um grupo prioritário (crianças, idosos, gestantes e portadores de deficiência física), de estar sobre a faixa ou em meio à travessia quando o semáforo abrir, trata-se de infração gravíssima, com multa de R$ 293,47 e 7 pontos na carteira. Já ameaçar um pedestre – de acordo com o artigo 170 – é infração gravíssima e leva à suspensão da CNH.

Números do Infosiga, no entanto, mostram que as determinações do CTB são esquecidas. No estado de São Paulo, de acordo com o portal do Sistema de Informações Gerenciais de Sinistros de Trânsito, do Detran-SP, os pedestres representam o terceiro grupo mais atingido e, no recorte urbano, o segundo grupo, envolvido em um quarto dos sinistros (24,8%) em 2023.

Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) confirmam o cenário: nos últimos 10 anos, 337 mil internações por sinistro de trânsito tinham, na ficha médica, o nome de um pedestre como paciente, contra 129 mil de ciclistas e 130 mil de ocupantes de automóvel. Em números absolutos, quem anda a pé só perde, em vulnerabilidade, para quem se locomove em cima de uma moto. Mais de 1,1 milhão de motociclistas deram entrada em hospitais públicos na década entre 2014 e 2024.

"Empatia é se colocar no lugar do outro. Inclusive na hora de atravessar na faixa", diz Clóvis em outro momento, em que chama a atenção do próprio pedestre. Afinal, há sinistros causados por transeuntes distraídos no celular.

Aula magna

O lançamento da campanha, na sede da B3, em São Paulo, contou com uma palestra de Clóvis de Barros Filho, além de uma première da campanha para jornalistas, autoridades do sistema de trânsito e funcionários do Detran-SP.

Clóvis de Barros Filho falou sobre respeito, ética e moral para o bem-estar de todos no trânsito e na sociedade. "A ética, na acepção original, da Grécia Antiga, era a régua para se medir o valor, a dignidade de uma vida. O respeito ao outro e à vida em sociedade, antes de ser uma questão de ética, é uma questão moral. Ou seja, é uma questão de consciência. A moral aparece em cena antes que haja alguém olhando. Se não, é medo. Moral não é polícia, patrulhamento digital, cancelamento. É consciência", disse Clóvis.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Profecias bíblicas - nunca antes [em São Paulo, no Brasil e pelo mundo] as liberdades religiosas pautaram tanto as políticas de vereadores e vereadoras - especialmente os cristãos e suas igrejas [protestantes e católicas]

.

PREFEITURA (São Paulo)

Profecias bíblicas - nunca antes [em São Paulo, no Brasil e pelo mundo] as éticas e as liberdades religiosas pautaram tanto as políticas de prefeitos(as) - especialmente os cristãos [como o Nunes] e suas igrejas [católicas e protestantes]

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Profecias bíblicas - nunca antes [em São Paulo, no Brasil e pelo mundo] as éticas e as liberdades religiosas pautaram tanto as políticas de deputados(as) - especialmente os cristãos e suas igrejas [protestantes e católicas]

.

GOVERNO (São Paulo)

Profecias bíblicas - nunca antes [em São Paulo, no Brasil e pelo mundo] as éticas e as liberdades religiosas pautaram tanto as políticas de governadores(as) - especialmente os cristãos [como o Tarcísio] e suas igrejas [católicas e protestantes]

.

CONGRESSO (Brasil)

Profecias bíblicas - nunca antes [em São Paulo, no Brasil e pelo mundo] as éticas e as liberdades religiosas pautaram tanto as políticas de senadores e deputados - especialmente os cristãos e suas igrejas [protestantes e católicas]

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Profecias bíblicas - nunca antes [em São Paulo, no Brasil e pelo mundo] as éticas e as liberdades religiosas pautaram tanto as políticas de presidentes - especialmente os cristãos [como o vice Alckmin] e suas igrejas [católicas e protestantes]

.

PARTIDOS (Brasil)

Profecias bíblicas - nunca antes [em São Paulo, no Brasil e pelo mundo] as éticas e as liberdades religiosas pautaram tanto as políticas de dirigentes [proprietários] dos partidos - especialmente os cristãos e suas igrejas [católicas e protestantes]

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Profecias bíblicas - nunca antes [em São Paulo, no Brasil e pelo mundo] as éticas e as liberdades religiosas pautaram tanto as políticas dos advogados(as), promotores(as) e juízes(as) - especialmente os cristãos e suas igrejas [católicas e protestantes]

.

ANO 32

O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, esta coluna de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@cesarneto.com

A PALAVRA - "Vida e beneficência me concedeste; e o teu cuidado a mim me guardou" **Jó 10:12**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Investimentos no estado somam R$ 102 bilhões no primeiro semestre de 2024

Dados mais recentes da Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (Piesp), realizada pela Fundação Seade, apontam o período entre janeiro e junho de 2024 como o melhor primeiro semestre dos últimos cinco anos no que se refere ao interesse de empresas privadas e públicas em realizar negócios no estado. Os aportes anunciados em território paulista somaram R$ 102,43 bilhões nos últimos seis meses.

"Os números da pesquisa reforçam o nosso compromisso com o desenvolvimento de São Paulo. Desde o início da gestão, temos adotado medidas para melhorar o ambiente de negócios, gerar oportunidades e atrair novos investimentos. Estamos transformando a realidade econômica do estado e colocando São Paulo na direção certa", afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

Até então, o melhor resultado havia sido registrado em 2019, antes do início da pandemia de Covid-19, com um total de R$ 68,02 bilhões. No primeiro semestre do ano passado, o montante de investimentos foi de R$ 49,44 bilhões, marcando um crescimento de 107% em relação a 2024.

Os setores que puxaram o índice foram os de infraestrutura, com 56,8% de investimentos, e indústria, responsável por 25,9% dos negócios. Os subsetores mais aquecidos são transporte terrestre (35,4% dos aportes), automotivo (22,1%), atividades auxiliares dos transportes (9,7%), eletricidade e gás (8,3%) e varejo (8%). A região metropolitana de São Paulo concentra 40,4% do montante aplicado no estado nos primeiros seis meses de 2024.

Crédito para iluminação pública e energia renovável tem alta de 163%

O valor do crédito para projetos de melhoria e infraestrutura para iluminação pública dos municípios paulistas no 1º semestre de 2024 cresceu 190% quando comparado com os primeiros seis meses do ano passado. Em 2024, o auxílio financeiro para os projetos apresentados pelos municípios chegou a R$ 20,51 milhões, contra R$ 7,08 milhões em 2023.

As cidades beneficiadas foram Anhumas, Arujá, Boituva, Brejo Alegre, Campo Limpo Paulista, Cerqueira César, Conchal, Cordeirópolis, Dois Córregos, Gabriel Monteiro, Glicério, Guará, Jaú, Matão, Palestina, Pitangueiras, Ribeirão Corrente, Santa Clara D'oeste e Olimpia.

O levantamento apontou também o crescimento dos financiamentos para integração de novas fontes de geração de energia a partir da implementação de usinas, uma delas a de placas fotovoltaicas. O valor liberado pela Desenvolve SP para essas benfeitorias foi de R$ 3,06 milhões em 2024, um crescimento de 65,4% se comparado ao mesmo período de 2023, que foi de R$ 1,85 milhões. Se somados os valores para iluminação pública e usinas, a alta chega a 163%.

Mais cidades de São Paulo estão se tornando sustentáveis com a gestão e a redefinição das fontes de energia limpas, renováveis e mais eficientes, o que possibilita maior qualidade de vida e bem-estar aos moradores.

Para o gerente de Negócios do Setor Público, Billy Rod Guimarães Matias, "a modernização da iluminação pública traz mais segurança, melhora a aparência da cidade, reduz custos e manutenções emergenciais. Além disso, as lâmpadas de Led não possuem elementos tóxicos e são 100% recicláveis, garantindo a sustentabilidade dos projetos."

SP suspende inscrição estadual de 8.060 contribuintes paulistas

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) publicou na quarta-feira (17), no Diário Oficial do Estado, a notificação de suspensão da eficácia da Inscrição Estadual (IE) de 8.060 contribuintes paulistas por omissão consecutiva na entrega das Guias de Informação e Apuração do ICMS (GIAs) relativas a maio, junho e julho de 2023.

Os contribuintes suspensos têm o prazo de 60 dias para regularizar a situação cadastral, contados da data da publicação da suspensão no Diário Oficial do Estado, para efetuar a entrega das GIAs e outras Declarações (DSN-SP e/ou DS) omissas, inclusive de períodos anteriores, se houver, sob pena de cassação da eficácia de sua inscrição estadual e alteração da situação cadastral para "INAPTA – CASSADA POR INATIVIDADE PRESUMIDA", nos termos do §4º do artigo 5º da Portaria CAT 95/06. Assim que efetuado o cumprimento das obrigações acessórias mencionadas dentro do prazo, a inscrição estadual é restabelecida pelo sistema, de forma automática, em até 5 dias. Não há a necessidade de comparecimento em um Posto Fiscal vinculado ao estabelecimento para tal.

Os contribuintes omissos de GIA que efetuaram o recolhimento de ICMS, emitiram NF-e (Modelo 55) ou entregaram os arquivos de Escrituração Fiscal Digital do Sintegra ou do Registro Eletrônico de Documentos Digitais (REDF) não tiveram suas inscrições estaduais cassadas nos termos do §1º do Art. 4º da Portaria CAT 95/06. Entretanto, esses contribuintes continuam sujeitos às penalidades previstas em regulamento devido à falta do cumprimento das obrigações acessórias.

A Sefaz-SP reitera a importância de o contribuinte em manter a sua regularização cadastral em dia, a fim de cumprir suas obrigações acessórias e pagamentos de impostos, com o objetivo de evitar fraudes. A Secretaria informa ainda que continuará rotineiramente efetuando a suspensão de contribuintes por inatividade presumida.

Motoristas do Aeroporto de Congonhas protestam contra nova empregadora

Os motoristas de ônibus que fazem o transporte interno de passageiros no Aeroporto de Congonhas, na capital paulista, fizeram um protesto na manhã de quarta-feira (17), no saguão do aeroporto, contra a troca da empresa terceirizada que opera o serviço. A empresa Top Lyne foi substituída pela Security Sata.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Prestadoras de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo do Estado de São Paulo (Sinteata SP), o protesto foi em "repúdio às práticas abusivas da empresa Security Sata".

"A empresa, que recentemente assumiu o contrato com os ex-funcionários da Top Lyne, vem impondo medidas inaceitáveis que ferem os direitos dos trabalhadores. O principal ponto de discórdia é a drástica redução salarial imposta pela Security Sata. Os motoristas irão receber valores inferiores aos pagos pela antiga empresa, o que representa um grande retrocesso em suas condições de trabalho", denuncia o sindicato em nota publicada em suas redes sociais.

A nota acrescenta que, além da redução salarial, a nova empresa pretende dar outro enquadramento para a atividade. "A empresa pretende colocá-los como operadores de equipamentos para funções de motorista, uma clara tentativa de desvio de função, que configura desrespeito aos trabalhadores e coloca em risco a segurança das operações no aeroporto".

A Aena, concessionária que administra o aeroporto, informou que o protesto não prejudicou as operações. "A Aena informa que o Aeroporto de Congonhas operou normalmente na manhã da quarta-feira (17), com índice de pontualidade acima dos 90%", diz a nota da concessionária. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

PEC que anistia partidos só deve ser votada em agosto no Senado

A proposta que perdoa multas de partidos políticos que não cumpriram as cotas de gênero e raça nas eleições anteriores segue sem relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

O presidente da comissão, senador Davi Alcolumbre (União-AP), informou na quarta-feira (17) que está com dificuldades para encontrar um senador disposto a relatar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 9/2023.

"Quase que eu sou relator para ver se aprova logo", disse Alcolumbre. Quando questionado por jornalista se teria interesse na pauta, respondeu que "confusão só presta grande" e riu. O presidente da CCJ informou que a PEC será votada na primeira sessão da comissão na volta do recesso, em agosto.

Aprovada pela Câmara dos Deputados na semana passada por ampla maioria, a chamada PEC da Anistia ainda permite o refinanciamento de dívidas tributárias de partidos e suas fundações nos últimos cinco anos, com isenção total de multas e juros acumulados.

Segundo a PEC, fica proibida a aplicação de multas ou a suspensão do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha aos partidos que não tiveram o número mínimo de candidatas mulheres ou negros em pleitos anteriores. As legendas também ficam isentas de punições por prestações de contas com irregularidades antes da promulgação da PEC.

Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que não pretende acelerar a tramitação da PEC. "Não há de minha parte nenhum tipo de compromisso de ir imediatamente ao plenário do Senado, com qualquer tipo de açodamento pressa, em relação a essa matéria", destacou. (Agência Brasil)

Governo cria sistema de emissão de carteira nacional da pessoa com TEA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na quarta-feira (17), decreto que cria o Sistema Nacional de Cadastro da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (SisTEA). A medida deve facilitar e padronizar a emissão da carteira nacional de identificação dessa população.

O sistema informatizado é gerido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) e operacionalizado em conjunto com órgão estaduais e municipais. A assinatura ocorreu durante o encerramento da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília.

"Eu sei quem é que precisa de políticas públicas do Estado, que é o povo mais carente desse país, que é o povo mais pobre desse país, que são milhões de brasileiros, dentre eles as pessoas com deficiência. Vocês sentem na pele aquilo que a gente, muitas vezes, só vê em filme: o desrespeito, a falta de carinho, de solidariedade, de compreensão, o nojo", disse Lula.

"Vocês dão um exemplo de dedicação, abnegação e de muita resiliência. Só vocês é que podem dar o exemplo de que o ser humano não tem limite. O ser humano consegue aquilo que quer, é só ele ter vontade", acrescentou, defendendo que os participantes da conferência façam as críticas necessárias aos governantes e fiscalizem a implementação das políticas públicas.

Durante o evento, o MDH e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome também assinaram acordo de cooperação no âmbito da Política Nacional do Cuidado e do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. O objetivo é desenvolver ações intersetoriais em resposta às demandas de pessoas com deficiência, considerando a interseccionalidade de gênero, classe, raça, etnia, idade e território e a interdependência entre quem cuida e quem demanda cuidados.

Ainda foi assinada portaria interministerial, entre o MDH e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), sobre procedimentos para adaptações de acessibilidade nos edifícios públicos federais.

Também foi entregue o relatório final do Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, que trata da implementação dessa avaliação no país. O objetivo do governo é propor uma metodologia de avaliação da deficiência que vá além do modelo médico tradicional, reconhecendo a deficiência como uma interação complexa de fatores biológicos, psicológicos e sociais.

Foto/Ricardo Stuckert/PR

A secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do MDH, Anna Paula Feminella, explicou que a pasta está dialogando com vários ministérios sobre o uso da avaliação biopsicossocial pelas diferentes agendas de políticas e serviços públicos. "Uma progressiva implementação da avaliação biopsicossocial é uma mudança de paradigma. A gente sai do modelo caritativo, do modelo biomédico e a gente precisa alterar essa cultura e enfrentar de vez a cultura do capacitismo", disse, lembrando do lançamento, em 2023, da campanha Combata o Capacitismo.

O capacitismo consiste na discriminação contra pessoas com deficiência, expressos de múltiplas formas por meio de determinados tratamentos, formas de comunicação, práticas, barreiras físicas e arquitetônicas que impedem o pleno exercício da cidadania. Esse preconceito pode ser consciente ou inconsciente, mas sempre reflete a ideia de que há um corpo padrão, sem deficiência, que é considerado normal. A partir dessa ideia, a capacidade e a aptidão de pessoas com deficiência são subestimadas.

Para enfrentar esse problema, Anna Paula citou que ações efetivas devem ser implementadas com educação inclusiva, com oportunidade de emprego e desenvolvimento profissional, com saúde e transporte adequado, acesso à cultura, com formação dos agentes públicos capazes de romper com esse preconceito e com as barreiras impostas às pessoas com deficiência. "Muitas vezes, há algumas barreiras normativas que ainda nos impedem de sair da nossa casa, às vezes, é um degrau, uma calçada que já nos deixa encarcerados", disse.

Durante o evento, o MDH e o Ipea assinaram protocolo para realização de pesquisas e estudos aplicados sobre a implementação da avalição biopsicossocial da deficiência. O MDH, MGI e Ministério do Planejamento e Orçamento também firmaram acordo para realizar estudos de impacto regulatório, social, político e econômico da avaliação em todo o país, para propor diretrizes para constituição de um sistema nacional de avaliação da deficiência e a elaboração de estratégia de governo para adoção do sistema.

As novas iniciativas do governo se juntam ao Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência Novo Viver sem Limite, lançado em novembro de 2023. O plano reúne cerca de 100 ações e conta com R$ 6,5 bilhões de investimentos em ações para pessoas com deficiência. Até agora, entretanto, apenas cinco estados aderiram: Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Piauí. Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Alagoas e Pará estão em processo de adesão.

Com 1,6 mil participantes de todo o país, a 5ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência marca a volta desse tipo de evento depois de oito anos. O encontro é resultado de 453 conferências municipais, 51 conferências ou fóruns regionais, uma conferência livre de acessibilidade cultural e 27 conferências realizadas em todas as unidades federativas.

A vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Rio Grande do Sul, Ewelin Canizares, representante do Movimento Feminista de Mulheres com Deficiência Inclusivass, lembrou que as políticas públicas devem ser interseccionais e garantir a participação de toda a diversidade de pessoas na sociedade.

"Em primeiro lugar, nós somos pessoas, não somos deficiências. Segundo lugar, nós somos diversos, homens, mulheres, indígenas, negros, brancos, de todas as individualidades humanas, nós também somos LGBT. Então, nós precisamos de uma política interseccional que nos abranja como um todo", disse, cobrando ainda a reparação e memórias de todos os erros e violências que foram cometidos contra as pessoas com deficiência, como a institucionalização indevida e a segregação.

Ela comentou ainda o caso de Sônia Maria de Jesus, de 50 anos, que foi resgatada em uma operação contra o trabalho análogo à escravidão da casa de um desembargador e depois retornou à residência dos investigados, em Santa Catarina. A trabalhadora doméstica é surda e muda, ficou por mais de 40 anos na casa do magistrado e nunca recebeu salário ou qualquer outra verba trabalhista.

"Nós temos que lembrar que vidas negras com deficiência importam também e que nós temos que progredir nesse país para que todo mundo reconheça o nosso valor", disse Ewelin.

Ao ouvir a história, Lula disse que cobrará informações de seus ministros sobre o caso. "Como é que pode haver uma decisão para que essa pessoa que estava há 41 anos em uma casa voltasse para a mesma casa? Em nome do quê? Em defesa do quê?", questionou o presidente. "Não tem sentido. Eu só quero dizer para vocês que eu me interessei pelo caso e que vou consultar alguns ministros para saber o que de fato está acontecendo. Se a sociedade para de deixar de acreditar nas instituições, nós sabemos o que pode acontecer nesse país", completou. (Agência Brasil)

FGTS tem lucro recorde de R$ 23,4 bi em 2023

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) teve, em 2023, lucro recorde de R$ 23,4 bilhões, quase o dobro dos R$ 12,1 bilhões registrados no ano passado. O Conselho Curador do Fundo aprovou na terça-feira (16) o balanço do FGTS no ano passado.

No próximo dia 6, o Conselho Curador reúne-se novamente para definir a parcela do lucro a ser repartida entre os trabalhadores. Em 2023 e 2022, 99% do lucro foi distribuído aos cotistas. Em 2021, 96% do resultado positivo foi partilhado.

Do lucro total, R$ 16,8 bilhões decorrem do lucro recorrente do FGTS, resultante de aplicações do fundo em títulos públicos e em investimentos em habitação, saneamento, infraestrutura e saúde. Os R$ 6,6 restantes decorrem da reestruturação do fundo que financia a reconstrução do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. O acordo foi assinado em agosto do ano passado para dar prosseguimento às obras na região portuária, que se estendem desde 2010.

A Caixa Econômica Federal tem até 31 de agosto para creditar a parcela dos lucros do FGTS repartida entre os cotistas. O dinheiro é distribuído proporcionalmente ao saldo em cada conta em nome do trabalhador em 31 de dezembro do ano anterior.

Pela legislação, o FGTS rende 3% ao ano mais a taxa referencial (TR). Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Fundo deverá ter correção mínima pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mas a correção não é retroativa sobre o estoque das contas e só vale a partir da publicação do resultado do julgamento.

Se o resultado da distribuição do lucro por trabalhador e do rendimento de 3% ao ano mais a TR ficar menor que a inflação, o Conselho Curador é obrigado a definir uma forma de compensação para que a correção alcance o IPCA. O rendimento definitivo do FGTS em 2023 só será conhecido após a distribuição dos lucros.

Como consultar o saldo

O trabalhador pode verificar o saldo do FGTS por meio do aplicativo FGTS, disponível para os telefones com sistema Android e iOS. Quem não puder fazer a consulta pela internet deve ir a qualquer agência da Caixa pedir o extrato no balcão de atendimento.

O banco também envia o extrato do FGTS em papel a cada dois meses, no endereço cadastrado. Quem mudou de residência deve procurar uma agência da Caixa ou ligar para o número 0800-726-0101 e informar o novo endereço. (Agência Brasil)

Apreensões de maconha e cocaína crescem no Paraná no 1º semestre

O Paraná registrou aumento no número de apreensões de drogas no primeiro semestre de 2024, em relação ao mesmo período do ano passado. Dados do Centro de Análise, Planejamento e Estatística, da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), indicam crescimento no volume de apreensões de maconha (17%), cocaína (60%) e crack (89%). O número de ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas também registrou aumento no período.

A maconha segue como a droga com maior número de apreensões no Estado. De janeiro a junho de 2024, as forças de segurança retiraram de circulação 221,3 toneladas da droga, 17,27% a mais que as 188,7 toneladas apreendidas no mesmo período de 2023. O montante é pouco mais da metade do total apreendido no ano passado, de 427,7 toneladas. É como se as forças de segurança retirassem de circulação mais de uma tonelada de droga por dia, em média.

Já as apreensões de pé de maconha tiveram uma leve queda de 9,56% na comparação do primeiro semestre de 2023 com o de 2024. Foram 1.722 unidades apreendidas neste ano, contra 1.904 unidades no ano passado.

Em relação ao crack, nos primeiros seis meses deste ano foram apreendidos 1,5 tonelada da droga, contra 835 quilos no mesmo período de 2023, variação de 88,91%. O total apreendido em 2024 é praticamente o mesmo do total apreendido da droga no ano passado, de 1,6 tonelada.

As apreensões de cocaína também registraram aumento significativo na comparação entre o primeiro semestre de 2023 e 2024. Foram apreendidos 2,8 toneladas nos primeiros seis meses deste ano, contra 1,7 tonelada apreendida no ano passado, aumento de 60,52% no número de apreensões. É mais que a metade do total apreendido em todo o ano de 2023, de 4,4 toneladas.

Para o secretário de Segurança Pública, Hudson Leôncio Teixeira, o aumento no número de apreensões é resultado do trabalho integrado entre as forças de segurança, aliado ao policiamento ostensivo nas cidades. "Somente com a maconha, apreendemos mais de 220 toneladas neste primeiro semestre, o que corresponde a cerca de 1,2 tonelada de maconha retirada por dia das ruas. Isso é fruto do trabalho integrado das forças de segurança, aliado a operações de inteligência não só na fronteira, mas também no Litoral e em todas as nossas rodovias", ressaltou.

"Estamos seguindo a recomendação do nosso governador, de trabalhar muito com a integração, algo já consolidado entre as polícias. Elas trabalham unidas, respeitando a missão constitucional de cada uma, e uma complementa a outra. Graças a essa integração estamos chegando nesses números bastante significativos", complementou.

Em relação ao LSD e ecstasy houve queda nas apreensões do primeiro semestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023. Em relação ao LSD, foram 5.250 pontos apreendidos neste ano. Também foram 27.287 comprimidos de ecstasy apreendidos.

O Paraná também registrou aumento das ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas no primeiro semestre de 2024. Foram registradas 6.901 ocorrências relacionadas a compra, venda, fornecimento ou produção de entorpecentes no primeiro semestre deste ano, contra 6.237 no mesmo período de 2023, variação de 10,65%.

Em relação a ocorrências sobre drogas para consumo pessoal, o número aumentou em 14,85% na comparação entre o primeiro semestre de 2024 e o mesmo período de 2023. Foram 7.665 atendimentos relacionados neste ano, contra 6.674 registrados no ano passado.

O Governo do Estado tem aumentado, ano após ano, os repasses para segurança pública, fortalecendo o combate à criminalidade e oferecendo mais qualidade no trabalho dos servidores, resultando na prestação de um serviço cada vez melhor para a população.

Somente neste ano foram entregues 360 veículos, entre viaturas, lanchas, caminhões e ambulâncias para as forças de segurança pública estaduais, além da destinação de cerca de R$ 117 milhões para compra de helicópteros e blindados para a Polícia Militar.

O Paraná foi o Estado que mais apreendeu maconha no País no primeiro trimestre, com 51,5 toneladas da droga retiradas de circulação. De janeiro a maio o Estado aparece atrás apenas do Mato Grosso do Sul. Os dados nacionais do semestre ainda estão sendo contabilizados. (AENPR)

Receita investiga sonegação de quase R$ 1 bi em venda de gado

A Operação Rei do Gado deflagrada na manhã da quarta-feira (17) pela Receita Federal apura a sonegação de impostos na compra e venda de gado no valor de quase R$ 1 bilhão.

Com apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e do Ministério Público do Estado do Maranhão, a operação cumpriu um mandado de prisão preventiva em Brasília e outros 50 mandados de busca e apreensão em seis cidades paulistas: Bálsamo, Cardoso, Macedônia, Rancharia, Santa Fé do Sul e Votuporanga. As buscas ocorrem também em cidades do Maranhão, Minas Gerais e nas capitais Palmas e Goiânia.

A investigação busca provas sobre um esquema de sonegação fiscal envolvendo as vendas fraudulentas de gado. As transações, ocorridas entre julho de 2020 e abril de 2023, somam quase R$ 1,4 bilhão. A Receita estima que cerca de R$ 300 milhões, corresponderiam à sonegação de impostos federais na compra e venda de quase 450 mil bovinos nos estados de São Paulo, Maranhão, Minas Gerais, Tocantins, Goiás, além do Distrito Federal.

As autoridades também autorizaram a suspensão judicial de servidores públicos que estariam envolvidos no esquema criminoso e ainda determinaram o sequestro e o bloqueio de bens dos envolvidos, num valor equivalente a R$ 67 milhões.

O esquema de sonegação envolvia quatro núcleos distintos, cada um com uma atribuição específica: um era formado por servidores públicos que auxiliavam na inserção de dados falsos em sistemas oficiais de mensuração de impostos a pagar; um outro formado por contadores responsáveis pela emissão de Notas Fiscais Avulsas, que eram falsas; o terceiro composto por pessoas "laranjas", que emprestavam o nome e o CPF para outras, que constavam como remetentes e emissoras de quase 7 mil Notas Fiscais Avulsas, sendo todas falsas. Já o quarto núcleo envolvia compradores de gado e transportadores de animais para abate, em frigoríficos no estado de São Paulo. (Agência Brasil)

Anvisa confirma novo caso de malária em navio fundeado em Santos

Um novo caso de malária foi registrado no navio Common Galaxy, fundeado em Santos. Este é o segundo tripulante da embarcação - que passou pela Costa do Marfim - a testar positivo para a doença.

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o paciente não apresenta sintomas e está sendo tratado a bordo do navio. O primeiro caso de malária no Common Galaxy foi registrado no dia 7 de julho. Antes, a Anvisa já havia confirmado outro caso em 4 de julho, no Genco Picardy, que saiu do continente africano em 20 de junho.

Após apresentar os sintomas de febre e dores musculares, os dois tripulantes foram levados para o Hospital Beneficência Portuguesa de Santos.

"Na semana passada foram concluídas a desinsetização e a testagem de todos os tripulantes do Genco Picardi e do Common Galaxy. A primeira embarcação não registrou novos casos, enquanto a Common Galaxy registrou um novo caso de malaria, cujo paciente está sendo tratado a bordo e sem sintomas", informou na quarta-feira (17), a Anvisa em nota.

As duas embarcações possuem bandeira das ilhas Marshall e transportam carga de açúcar a granel. De acordo com a Autoridade Portuária de Santos (APS), a previsão é que o Genco Picardi atraque nesta quarta-feira. Não há informação disponível na página da APS sobre a data de atracação do Common Galaxy.

"Na semana passada, foram concluídas a desinsetização e a testagem de todos os tripulantes do Genco Picardi e do Common Galaxy. A primeira embarcação não registrou novos casos, enquanto a Common Galaxy registrou um novo caso de malária, cujo paciente está sendo tratado a bordo e sem sintomas", informou a Anvisa na quarta-feira (17), por meio de nota.

As duas embarcações possuem bandeira das ilhas Marshall e transportam carga de açúcar a granel.

Não há informação disponível na página da Common Galaxy sobre a data de atracação do navio Common Galaxy. (Agência Brasil)

Brasil apresenta proposta de aliança global contra a fome e a pobreza

Integrantes do governo brasileiro participaram esta semana do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York (EUA), e apresentaram a proposta de criação de uma aliança global de combate à fome e à pobreza.

A ideia é agregar conhecimentos, finanças e parcerias que, tendo este objetivo comum, consigam melhores condições para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mundial estabelecida em 2015 pela ONU com o propósito de construir e implementar políticas públicas para guiar a humanidade até 2030.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza "é uma das principais iniciativas do Brasil à frente do G20 [grupo das 20 maiores economias do planeta]". No evento paralelo, realizado para discutir meios de aplicação das políticas nos países, o ministro Wellington Dias informou que, entre as ações planejadas, estão a promoção da segurança alimentar, o aumento de renda e o enfrentamento das desigualdades.

"A realidade que vivemos, de múltiplas crises, incluindo a climática e ambiental, a situação econômica e os conflitos, faz crescer novamente a fome, a insegurança alimentar e a pobreza. Há muitos eixos e muitas ações necessárias para enfrentar esse desafio complexo", disse o ministro.

"Não queremos criar um novo foro internacional para debater o que precisa ser feito e trocar experiências coletivamente, pois já temos muitos foros multilaterais legítimos para isso", acrescentou Dias, ao apresentar as diretrizes da proposta, visando a mobilização de recursos financeiros e conhecimento, de forma a canalizá-los para onde são mais necessários.

Ainda segundo o ministro, o desenho dessa aliança ficará a cargo de uma força-tarefa do G20, que já vem trabalhando na composição de uma "cesta de políticas públicas que reunirá toda a expertise acumulada, ao longo de décadas, com programas de transferência de renda, proteção social, alimentação escolar, entre outros, a partir da experiência de diversos países e organizações internacionais". (Agência Brasil)

Projeto sobre desoneração só será votado com consenso, diz Pacheco

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse na quarta-feira (17) que a proposta que trata da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia será colocada novamente em pauta quando houver um consenso entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo sobre a solução para a compensação financeira das perdas de arrecadação com a medida. A matéria estava prevista para ser analisada na quarta-feira, mas o presidente do Senado anunciou a retirada da pauta de votação.

"Esse item será incluído oportunamente até que se tenha o consenso estabelecido entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo quanto à fonte de compensação da desoneração", anunciou Pacheco.

Na terça-feira (16), a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Advocacia-Geral do Senado apresentaram uma petição ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a prorrogação do prazo dado pelo ministro Cristiano Zanin, que suspendeu o processo de desoneração da folha de 17 setores da economia por 60 dias. O prazo terminaria nesta semana, mas atendendo ao pedido, o ministro Edson Fachin determinou a prorrogação até 11 de setembro.

Na sessão da quarta-feira, Pacheco agradeceu ao ministro Edson Fachin pela decisão. "De modo sensível e compreendendo as circunstâncias da importância dessa composição entre Legislativo e Executivo, conferiu maior prazo para que esse consenso possa ser definitivamente estabelecido", disse o presidente do Senado.

O Projeto de Lei 1.847/2024 prevê a reoneração gradual da folha de pagamento de 17 setores da economia, mantém a desoneração integral neste ano e estabelece a retomada gradual da tributação sobre a folha de pagamento entre 2025 e 2027.

Na busca de uma solução para compensar os gastos com a desoneração, a presidência do Senado apresentou um conjunto de propostas, entre elas a repatriação de recursos no exterior; um programa de estímulo ao pagamento de multas em agências reguladoras; o recolhimento de recursos esquecidos no sistema financeiro nacional e o corte de despesas em programas sociais que são frutos de fraudes e pagamentos indevidos.

"Todos esses itens têm previsibilidade e não geram nenhum tipo de desgaste sob o ponto de vista político e econômico para os contribuintes, porque todos são optativos e guardam na sua essência um estímulo de regularização que é do interesse e em favor dos contribuintes brasileiros", explicou Pacheco. (Agência Brasil)

Dólar sobe para R$ 5,48 influenciado por Japão e China

Em um dia de turbulências, principalmente vindas da Ásia, o dólar teve forte alta e aproximou-se de R$ 5,50. A bolsa de valores voltou a subir, após uma queda na véspera, e aproximou-se dos 130 mil pontos.

O dólar comercial encerrou a quarta-feira (17) vendido a R$ 5,483, com alta de R$ 0,054 (+1%). A cotação operou em alta durante todo o dia, mas disparou a partir do fim da manhã, até fechar próxima das máximas do dia.

Com o desempenho de quarta-feira, a moeda norte-americana acumula queda de 1,88% em julho. Em 2024, a divisa sobe 12,98%.

O mercado de ações teve um dia volátil. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 129.465 pontos, com alta de 0,27%. As ações de petroleiras subiram, mas as de mineradoras caíram motivadas pela desaceleração da economia chinesa.

Na terça-feira (16), a bolsa brasileira caiu e interrompeu uma sequência de 11 altas consecutivas. Esta foi a maior sequência de ganhos diários desde o fim de 2017 e começo de 2018. Apesar da alta dos últimos dias, o Ibovespa acumula perda de 3,52% em 2024.

Notícias da Ásia pressionaram o mercado financeiro nos países emergentes. No Japão, as suspeitas de intervenção do Banco Central local no iene estimularam a migração de investimentos internacionais para o país. Isso pressiona o dólar nos países em desenvolvimento.

Em relação à China, a divulgação de que o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas pelo país) cresceu 4,7% no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano passado confirmou a desaceleração da segunda maior economia do planeta. No primeiro trimestre, o país asiático tinha crescido 5,3%.

O desaquecimento da China influencia os países exportadores de *commodities* (bens primários com cotação internacional), como o Brasil. Isso porque o menor crescimento da economia chinesa desestimula as exportações para o país asiático. Paralelamente, o dólar está oscilando com as tensões eleitorais nos Estados Unidos, após o atentado contra o ex-presidente Donald Trump. (Agência Brasil)

CCJ do Senado adia votação da PEC da autonomia financeira do BC

Para tentar chegar a um acordo com o governo federal, ficou para agosto a votação da Proposta de Emenda à Constituição 65/2023 (PEC) que concede autonomia financeira e administrativa ao Banco Central (BC). A PEC está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Em sessão da quarta-feira (17), os senadores da comissão anunciaram um acordo para adiar a votação.

O líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), concordou com o adiamento da votação, argumentando que não haveria maioria na CCJ para aprovar a PEC. "A expectativa era de um placar empatado. A expectativa de placar mostrou que os próprios colegas ainda não têm uma maioria consolidada. Bom, então se abriu esse período para mais negociações", acrescentou.

O senador lembrou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não é contra a autonomia administrativa e financeira do BC, mas a forma com que essa autonomia seria concedida.

"Às vezes dizem que o problema, o diabo, mora no detalhe. É esse detalhe que aprisionou a tramitação da matéria", disse o senador. O governo é contrário à transformação do Banco Central em empresa pública.

A PEC em análise transforma o BC de uma autarquia federal vinculada, mas não subordinada ao Ministério da Fazenda, em uma empresa pública, com natureza especial, devido ao exercício de atividade estatal, passando a ter personalidade jurídica de direito privado.

Com a autonomia proposta pelo relator, o orçamento do BC não dependeria mais dos repasses do Tesouro Nacional, e usaria as receitas próprias geradas pelos seus ativos, para custear suas despesas com pessoal, custeio em geral e investimentos.

Se aprovada a PEC, os servidores do BC deixam de ser regidos pelo regime único da União e se tornam empregados públicos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

3ª Vara da Família e Sucessões

Processo **1091873-55.2023.8.26.0100** - Interdição/Curatela - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - I.R.S. - M.S. - Posto isso, acolho o pedido inicial a fim de reconhecer a INCAPACIDADE RELATIVA e decretar a INTERDIÇÃO de Sergio Scabia, RG W5952708, CPF 03275418734, com endereço à Doutor Albuquerque Lins, 724, Ap 143, Santa Cecília, CEP 01230-000, São Paulo - SP, nascido em 19/09/1945, na Itália, filho de Alfeo Scabia e Nives Travan Scabia, portador de Demência Frontotemporal, F02.0 pela CID-10, afetando todos os atos da vida civil relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando-lhe curador Ian Rossi Scabia, Brasileiro, Solteiro, Arquiteto, RG 46333186, CPF 39845870821, Paim, 420, Ap 136, Bela Vista, CEP 01306-010, São Paulo - SP. **|18|**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1015030-86.2022.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Heloisa Assunção Pereira Pandini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CARLOS EDUARDO DE LUCAS, Brasileiro, que Wolney de Oliveira Caldas ajuizou ação Execução de Título Extrajudicial, para receber a quantia de R$ 26.181,00 (mar/22), referente ao Contrato de Serviços de Assessoria, Negociação e Intermediação em Negócios de Criptomoedas. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital de CITAÇÃO, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para praceamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **|18,19|**

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que**, **ANTONIO CARLOS DE MORAES, brasileiro, separado consensualmente, aposentado, RG nº 11.900.046-5-SSP/SP, CPF nº 031.746.668-21**, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Professora Edmeia Attab nº 73, Jardim Patente Novo, **fica intimado a purgar a mora referente a 10 (dez) prestações em atraso, vencidas de 07/09/2023 a 07/06/2024, no valor de R$5.418,52 (cinco mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$5.434,80 (cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), que atualizado até 22/08/2024, perfaz o valor de R$6.982,54 (seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos),** cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives nº 632, apartamento nº 38, localizado no 3º pavimento da Torre 02 do Empreendimento Fit Jardim Botânico I, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 3 na matrícula nº 199.665. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 15 de julho de 2024. O Oficial.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, RAFAEL BARRETO ROCHA,** brasileiro, solteiro, maior, porteiro de edifício, ascensorista, garagista e faxineiro, RG nº 665290883-SSP/SP, CPF nº 072.827.045-54, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Tobias Barreto nº 64, apartamento nº 41, Moóca, fica **intimado a purgar a mora referente a 22 (vinte e dois) prestações em atraso, vencidas de 20/09/2022 a 20/06/2024, no valor de R$20.474,37 (vinte mil, quatrocentos e setenta e quatro reais, e trinta e sete centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$20.791,35 (vinte mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos), que atualizado até 19/08/2024, perfaz o valor de R$25.144,46 (vinte cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos),** cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives nº 951, apartamento nº 07, localizado no pavimento térreo do Bloco 02 do Empreendimento Residencial denominado Parque Botânico I – Quaresmeira, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 708 na matrícula nº 235.836, transportada pela Av.1 na matrícula nº 235.836. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 15 de julho de 2024. O Oficial.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A.) - CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 35ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliários da 35ª Série, da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, companhia securitizadora, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05.501-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.769.451/0001-08 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** instituição financeira, com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral dos Titulares dos CRI 35ª Série ("Assembleia"), **a ser realizada em 06 de agosto de 2024 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 35ª Série da 4ª Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), deliberar sobre: **a)** Aprovar a concessão de prazo adicional, a ser definido em sede de assembleia, para pagamento pelo adquirente da parcela de R$ 2.241.353,18 (dois milhões e duzentos e quarenta e um mil trezentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos) referente a compra e venda da fração ideal de 2,0833% (dois inteiros e oitocentos e trinta e três milésimos por cento) do imóvel objeto da matrícula n° 24.970 do Oficial de Registro de Imóveis de São Sebastião – SP, sem a incidência nas cláusulas 2.1.1 e 2.1.3 da Escritura Pública de Venda e Compra Imobiliária, ficando ajustado que a Emissora e o Agente Fiduciário não tomarão quaisquer providências até encerrado o mencionado período de carência a ser definido na referida assembleia; Exceto se de outra forma aqui disposto, os termos aqui utilizados iniciados em maiúsculo e não definidos terão o significado a eles atribuídos no Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestão@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **claim@vortx.com.br** e **agentefiduciario@vortx.com.br** em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença dos titulares que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos CRI em circulação, na forma da Cláusula 16.4 do Termo de Securitização. As matérias descritas na ordem do dia serão deliberadas pelo quórum específico de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares de CRI presentes na referida Assembleia Geral de Titulares dos CRI, nos termos da cláusula 16.9 do Termo de Securitização. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 16 de julho de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

CNPJ/MF nº 09.352.896/0001-42 - NIRE nº 35.300.353.170 - COMPANHIA FECHADA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024 E RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 02/02/2024, REGISTRADA NA JUCESP EM 04/03/2024 SOB nº 90.037/24-8

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de abril de 2024, às 10h, na sede social da Companhia, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar - parte, São Paulo/SP, CEP 04551-065. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENCA:** Dispensada a convocação prévia, em decorrência da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Ana Maria de Castro Rovai. **4. ORDEM DO DIA:** (i) Tomar conhecimento do pedido de renúncia formulado pela Sra. **MONICA DA CRUZ LAMAS**, ao cargo de Diretora da Companhia; (ii) Deliberar sobre a eleição de seu substituto; (iii) Deliberar sobre a reti- ratificação da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02/02/2024 às 14h, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 90.037/24-8, em sessão de 04/03/2024 ("ARCA 02/02/2024"). **5. DELIBERAÇÃO:** Os senhores Conselheiros, por unanimidade de votos, deliberaram: a. Tomar conhecimento do pedido de renúncia formulado pela Sra. **MONICA DA CRUZ LAMAS**, ao cargo de Diretora da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia em 28/03/2024. b. Aprovar a eleição de **MARCUS VINÍCIUS VIEIRA MACEDO,** brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 26.457.349-3/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 268.163.238-23, com endereço profissional na Rua Pais Leme, nº 524, Andar 4, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica, com mandato até 02/02/2025, devendo permanecer em seu cargo até a eleição e posse de seu substituto. O Diretor ora eleito aceita a sua nomeação e declara ter conhecimento do artigo 147 da LSA e, consequentemente, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer as atividades mercantis, conforme Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento arquivado na sede da Companhia. c. Com as deliberações acima, a Diretoria, a partir da presente data, passa a ser composta pelos seguintes membros: **(1) FÁBIO RUSSO CORRÊA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 16830417 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 014.930.467-64, com endereço profissional na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, CEP 04551-065, Diretor Superintendente, eleito na ARCA 02/02/2024; e **(2) MARCUS VINÍCIUS VIEIRA MACEDO**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 264573493/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 268.163.238-23, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904, Diretor sem designação específica, eleito na presente data; ambos com mandato até 02/02/2025, devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. d. Consignar que, por um lapso, na referência ao secretário da mesa na ARCA 02/02/2024, nos itens 3 e 7, constou erroneamente o nome do Sr. Francisco Daniel Holanda Noronha e não o nome da Sra. Ana Maria de Castro Rovai, que foi quem efetivamente atuou como secretária no ato societário. Dessa forma, os Acionistas aprovam a retificação de referidos itens 3 e 7 da ARCA 02/02/2024, para que, onde se lê "Secretário: Francisco Daniel Holanda Noronha" leia-se "Secretária: Ana Maria de Castro Rovai". Ratificam-se as demais deliberações da ARCA 02/02/2024, não alteradas nesta reunião, as quais permanecem inalteradas, com a redação original. **6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA E APROVAÇÃO DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes de forma eletrônica, nos termos da alínea "c", do §1º do artigo 5º da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. **7. ASSINATURAS**: Fábio Russo Corrêa, como Presidente da Mesa e Ana Maria de Castro Rovai, como Secretária. **Conselheiros**: **(i)** Fábio Russo Corrêa; **(ii)** Ana Maria de Castro Rovai; **(iii)** Marcus Vinícius Vieira Macedo; **(iv)** Jose Ricardo Hernandez Larios; **(v)** Tobias Market e; **(vi)** Simon Daniel Locher. Certificamos que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio. **Mesa: Fábio Russo Corrêa -** Presidente da Mesa - *Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* **Ana Maria de Castro Rovai -** Secretária da Mesa - *Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*. JUCESP nº 252.155/24-5 em 21.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0060724-58.2023.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 15ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIANA MARINI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PAULO SÉRGIO CLAUDINO, CPF 154.065.088-06, nos autos do Cumprimento de Sentença, apresentado por ANTONIO CARLOS ARTUSI, que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, foi determinada a(s) respectiva(s) INTIMAÇÃO(ÕES), por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir após o prazo deste edital, efetue(m) o pagamento do débito atualizado no valor de R$ 47.310,65, acrescido de custas, se houver, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito, e também honorários advocatícios. Ciente(s), ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que o(a)(s) executado(a)(s), independentemente de penhora ou nova intimação, apresente(m), nos próprios autos, a(s) respectiva(s) impugnação(ões). Não sendo a(s) impugnação(ões) apresentada(s), em prol do(a)(s) executado(a)(s) será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

Captalys Companhia de Crédito

CNPJ/ME n° 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada em 25/07/2024

Ficam convocados os debenturistas da **Captalys Companhia de Crédito** ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, na forma prevista nos Arts. 71, § 2º e 124 da Lei n.º 6.404/76, e em observância à cláusula 5.1 "y" do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Captalys Companhia de Crédito, celebrada em 28/04/2021 ("Escritura de Debênture") a comparecerem à Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no dia 25/07/2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Microsoft Teams, devendo o acesso ser solicitado ao endereço eletrônico administrativo@blanchetlaw.com.br até 24/07/2024 às 17 horas (horário de Brasília), acompanhada da identificação do debenturista ou seu representante legal, para deliberar sobre a substituição dos auditores independentes da Companhia e de suas controladas. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, mediante solicitação prévia enviada para o e-mail administrativo@blanchetlaw.com.br. São Paulo, 17/07/2024. **Presidência do Conselho de Administração.** (17, 18 e 19/07/2024)

ITAPIRU EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ: 27.296.371/0001-19 - NIRE: 35.230.456.056

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 15.07.2024, às 11:30h, na sede social, Avenida Sumaré, nº 1421, Pavimento Superior, sala 14, São Paulo/SP. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Marcos Zanin Mauro - Presidente e Renato Mauro Filho - Secretário. Ordem do Dia/Deliberação: 1) Aprovação, em consonância com o Art.1082, inciso II, do Código Civil, da Redução de Capital Social, de R$ 19.130.000,00 para R$ 2.000.000,00, totalizando uma redução de R$ 17.130.000,00. O valor ora aprovado, será devolvido aos sócios conforme disponibilidade financeira, cabendo a cada sócio o seguinte valor: - Construtora Paulo Mauro Ltda, R$ 8.565.000,00. Alpan Comércio e Participações Ltda, R$ 7.708.500,00. Golf Engenharia e Participações Ltda, R$ 856.500,00. A Cláusula 5ª do Contrato Social passa a ter a seguinte redação: Clausula 5ª. O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 2.000.000,00 dividido em 2.000.000 quotas com o valor de R$ 1,00 cada, distribuído entre os sócios da seguinte forma: Sócios-Quotistas - Nº de Quotas - Valor Integralizado R$ - Participação %: Construtora Paulo Mauro Ltda - 1.000.000 - R$ 1.000.000,00 - 50%; Alpan Comércio e Participações Ltda - 900.000 - R$ 900.000,00 - 45%; Golf Engenharia e Participações Ltda - 100.000 - R$ 100.000,00 - 5%; Total - 2.000.000 - R$ 2.000.000,00 - *100%.* **Encerramento:** Nada mais. **Construtora Paulo Mauro Ltda., Alpan Comércio e Participações Ltda., Golf Engenharia e Participações Ltda -** por seus Administradores.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital, ficam convocados os membros da **IGREJA SIRIAN ORTODOXA SANTA MARIA**, CNPJ nº 47.091.590/0001-79, em condições de participação nos termos do Estatuto, a reunirem-se em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no próximo dia 07 de agosto de 2024, na sede da entidade, localizada na Rua Luis Goes, 2562, às 19h (dezenove horas) em primeira convocação, na presença da maioria dos membros, e não havendo quórum, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) em segunda convocação consoante os termos do Estatuto e consoante a afixação deste Edital na sede social da Igreja, bem como o envio por meio de correio eletrônico, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1 – Reforma do Estatuto Social em vigor e sua leitura; 2 - Aprovação do Novo Estatuto Social; 3 - Assinatura da Lista de Presença; 4 - Outros assuntos. Elie Werdo - Presidente do Conselho Deliberativo

Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.

CNPJ nº 58.229.246/0001-10 – NIRE 35.300.138.767

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 7.3.2024

Aos 7 dias do mês de março de 2024, às 10h20, reuniram-se, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, tendo assumido a presidência dos trabalhos o senhor Bruno D'Avila Melo Boetger, que convidou o senhor Oswaldo Tadeu Fernandes para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram: 1) os pedidos de renúncia formulados pelos senhores **Antonio José da Barbara** e **Edson Marcelo Moreto**, Diretores Gerentes da Sociedade, em cartas de 2.2.2024, cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito;

....

....

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Bruno D'Avila Melo Boetger, Oswaldo Tadeu Fernandes, Clayton Neves Xavier, José Gomes Fernandes e Roberto Medeiros Paula. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) **Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.**, por seus procuradores, senhores: Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 206.355/24-5, em 20.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LJN PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 13.608.705/0001-38

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2024 - EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis na sede da empresa e no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/. São Paulo, 17/07/2024."

Balanço patrimonial - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	204.561	273.409
Aplicações financeiras	4	1.987	733	2.948.205	2.805.606
Contas a receber de clientes	5	-	-	666.107	274.897
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	103.208	163.242
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	-	-	609.479	694.118
Ativos biológicos	7	-	-	1.364.508	1.160.568
Tributos a recuperar	8	-	-	243.843	214.253
Imposto de renda e contribuição social	20	1.241	1.983	74.596	95.863
Dividendos a receber	9	82.572	3.258	-	-
Outros ativos		-	-	17.874	8.229
Total do circulante		85.801	5.975	6.232.381	5.690.185
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	-	-	71.231	38.497
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	-	-	126.731	224.678
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	207.898	225.568
Tributos a recuperar	8	-	-	490.000	230.676
Imposto de renda e contribuição social	20	-	-	8.983	8.983
Depósitos judiciais	22	-	-	1.491.213	1.088.976
Contas a receber de clientes	5	-	-	32.272	40.692
Outros ativos	9, 16 e 17	-	-	369.560	234.425
Total do realizável a longo prazo		-	-	2.797.888	2.092.495
Investimentos	10	3.775.018	3.247.303	54.692	47.798
Imobilizado	11	-	-	8.045.148	7.606.567
Intangível	12	-	-	454.967	464.125
Direito de uso	13	-	-	2.789.597	2.925.325
Total do não circulante		3.775.018	3.247.303	14.142.292	13.136.310
Total do ativo		3.860.819	3.253.278	20.374.673	18.826.495

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.096.406	1.028.509
Arrendamentos a pagar	13	-	-	108.047	115.855
Parceria agrícola a pagar	13	-	-	554.864	569.854
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	158.129	328.695
Fornecedores	15	50	47	408.635	281.351
Obrigações com a copersucar	16	-	-	8.336	13.539
Salários e contribuições sociais		-	-	240.837	195.162
Tributos a recolher		1	-	40.792	21.094
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	-	-	9.470	8.490
Dividendos a pagar	9 e 18	82.572	3.258	150.139	5.963
Adiantamentos de clientes		-	-	37.414	5.173
Aquisição de participações societárias	9 e 17	-	-	-	11.571
Outros passivos		-	-	41.407	30.565
Total do circulante		82.623	3.305	2.854.476	2.615.821
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	5.440.412	5.595.374
Arrendamentos a pagar	13	-	-	528.856	586.228
Parceria agrícola a pagar	13	-	-	1.682.993	1.769.834
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	13.596	7.250
Obrigações com a copersucar	16	-	-	173.709	162.986
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	821.353	997.134
Provisão para contingências	22	-	-	124.166	111.541
Tributos com exigibilidade suspensa	16(b)	-	-	1.869.563	1.063.378
Outros passivos		-	-	-	1.916
Total do não circulante		-	-	10.654.648	10.295.641
Patrimônio líquido	18				
Capital social		2.173.975	1.745.385	2.173.975	1.745.385
Ações em tesouraria de controlada		(8.981)	(75.825)	(8.981)	(75.825)
Ajustes de avaliação patrimonial		622.831	587.195	622.831	587.195
Reservas de lucros		990.371	993.218	990.371	993.218
		3.778.196	3.249.973	3.778.196	3.249.973
Participação dos não controladores		-	-	3.087.353	2.665.060
Total do patrimônio líquido		3.778.196	3.249.973	6.865.549	5.915.033
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.860.819	3.253.278	20.374.673	18.826.495

Demonstrações do resultado - Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas	26	-	-	6.891.738	6.627.566
Custo dos produtos vendidos	27	-	-	(5.216.291)	(4.589.655)
Lucro bruto		-	-	1.675.447	2.037.911
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	27	-	-	(255.455)	(221.597)
Despesas gerais e administrativas	27	(124)	(140)	(343.391)	(264.507)
Resultado de equivalência patrimonial	10	811.369	557.887	8.318	5.033
Outras receitas, líquidas	28	-	-	1.446.441	519.569
		811.245	557.747	855.913	38.498
Lucro operacional		811.245	557.747	2.531.360	2.076.409
Resultado financeiro	29				
Receitas financeiras		408	291	334.099	315.173
Despesas financeiras		(7.906)	(12.979)	(947.090)	(911.199)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		-	-	(93.894)	(174.942)
Derivativos		-	-	(45.478)	(124.657)
		(7.498)	(12.688)	(752.363)	(895.625)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		803.747	545.059	1.778.997	1.180.784
Imposto de renda e contribuição social	20(a)				
Do exercício		(44)	(10)	(514.465)	(273.814)
Diferidos		-	-	204.079	95.936
Lucro líquido do exercício		803.703	545.049	1.468.611	1.002.906
Atribuível a:					
Acionistas da controladora				803.703	545.049
Acionistas não controladoras				664.908	457.857
				1.468.611	1.002.906
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	30			2,0523	1,3918

Demonstrações do resultado abrangente - Em milhares de reais

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	803.703	545.049	1.468.611	1.002.906
Total movimento no exercício				
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	25.045	(17.045)	45.528	(31.036)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(42.297)	(59.454)	(76.889)	(108.256)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	70.454	51.949	128.075	94.591
Tributos diferidos sobre os itens acima	(18.089)	8.347	(32.883)	15.198
	35.113	(16.203)	63.831	(29.503)
Resultado abrangente do exercício	838.816	528.846	1.532.442	973.403

Demonstração do fluxo de caixa - Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		803.703	545.049	1.468.611	1.002.906
Ajustes					
Depreciação e amortização	27	-	-	1.141.214	1.075.457
Ativos biológicos colhidos	27	-	-	1.207.230	1.049.119
Variação no valor justo de ativos biológicos, produtos agrícolas e CBIOs	27	-	-	10.314	176.167
Provisão para perdas na realização dos estoques	27	-	-	2.814	-
Amortização de contratos de energia		-	-	8.800	5.642
Resultado de equivalência patrimonial	10	(811.369)	(557.887)	(8.318)	(5.033)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	11	-	-	(4.015)	2.745
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		(408)	(241)	334.566	398.505
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(26.502)	(36.987)
Constituição de provisão para contingências, líquidas	22.1	-	-	34.758	34.392
Imposto de renda e contribuição social	20 b	44	10	310.386	177.878
Tributos com exigibilidade suspensa		-	-	806.186	337.544
Reversão de provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa		-	-	14	-
Ajuste a valor presente e outros		-	-	253.883	249.377
		(8.030)	(13.069)	5.539.941	4.467.712
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		-	-	(411.588)	(100.122)
Estoques		-	-	68.182	(52.325)
Tributos a recuperar		2.099	1.010	(160.902)	(225.668)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(71.415)	(31.179)
Outros ativos		-	-	(405.283)	(299.366)
Fornecedores		3	2	119.471	(77.099)
Salários e contribuições sociais		-	-	45.674	3.376
Tributos a recolher		(26)	(3)	(497.729)	(242.528)
Obrigações Copersucar		-	-	1.517	(2.446)
Provisão para contingências (liquidações)	22.1	-	-	(40.584)	(22.801)
Outros passivos		-	-	41.788	(71.076)
Caixa proveniente das operações		(5.954)	(12.059)	4.229.072	3.346.478
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	-	-	(456.637)	(310.702)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(19)	(10)	(17.908)	(60.477)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(5.973)	(12.069)	3.754.527	2.975.299
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Recebimento (aplicação) de recursos em investimentos		-	-	(8.965)	(11.837)
Adições ao imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	(994.515)	(1.197.351)
Adições ao plantio e tratos (ativo)		-	-	(1.495.098)	(1.373.806)
Aplicações financeiras		(1.021)	(244)	(9.038)	318.834
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	11	-	-	9.357	5.652
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	(139)
Recebimento de dividendos	10	223.403	194.533	1.156	1.723
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		222.382	194.289	(2.497.103)	(2.256.924)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamentos e parcerias	13	-	-	(676.061)	(577.319)
Captação de financiamentos - terceiros	14	-	-	573.721	875.242
Amortização de financiamentos - terceiros	14	-	-	(812.990)	(494.266)
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	(10.482)	-
Outros recebimentos		-	-	711	-
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio	18 (e)	(216.409)	(182.495)	(401.171)	(363.802)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(216.409)	(182.495)	(1.326.272)	(560.145)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		-	(275)	(68.848)	158.230
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1	276	273.409	115.179
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	1	1	204.561	273.409
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras (ativo circulante)	4	1.987	733	2.948.205	2.805.606
Total de recursos disponíveis	4	1.988	734	3.152.766	3.079.015

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria de controlada	Ajustes de avaliação patrimonial: Deemed cost de controlada	Ajustes de avaliação patrimonial: Hedge accounting de controlada	Ajustes de avaliação patrimonial: Outros	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção	Reservas de lucros: Reserva de incentivos Fiscais - reflexa	Reservas de lucros: Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total (Atribuível aos acionistas da Controladora)	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de março de 2022		1.481.853	(75.825)	708.762	(104.692)	3.992	133.549	576.516	126.263	72.206	-	2.922.624	2.397.336	5.319.960
Aumento de capital com reservas	18 (a)	263.532	-	-	-	-	-	(218.531)	(45.001)	-	-	-	-	-
Realização de mais-valia de deemed cost	18 (c)	-	-	(4.716)	-	-	-	-	-	-	4.716	-	-	-
Resultado com derivativos - hedge accounting de controlada		-	-	-	(16.203)	-	-	-	-	-	-	(16.203)	(13.300)	(29.503)
Efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial	18 (c)	-	-	-	-	52	-	-	-	-	-	52	42	94
Constituição de reserva de incentivo fiscal - reflexa	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	93.298	-	(93.298)	-	-	-
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.120)	-	(71.120)	(59.259)	(130.379)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	1.086	-	(1.086)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	545.049	545.049	457.857	1.002.906
Destinação do lucro:														
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	27.252	151.004	-	-	(178.256)	-	-	-
Juros sob capital próprio, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(127.171)	(127.171)	(114.944)	(242.115)
Dividendos complementares	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.258)	(3.258)	(2.672)	(5.930)
Lucros à disposição da assembleia	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	147.782	(147.782)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2023		1.745.385	(75.825)	704.046	(120.895)	4.044	160.801	510.075	174.560	147.782	-	3.249.973	2.665.060	5.915.033
Aumento de capital com reservas	18(a)	428.590	-	-	-	-	-	(347.328)	(81.262)	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria reflexo	18(b)	-	75.825	-	-	-	-	(75.825)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria reflexo	18(b)	-	(8.981)	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.981)	(7.344)	(16.325)
Realização de mais-valia de deemed cost	18 (c)	-	-	(4.696)	-	-	-	-	-	-	4.696	-	-	-
Resultado com derivativos - hedge accounting de controlada		-	-	-	35.050	-	-	-	-	-	-	35.050	28.781	63.831
Efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial	18 (c)	-	-	-	-	218	-	-	-	-	-	218	177	395
Constituição de reserva de incentivo fiscal - reflexa	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	183.184	-	(183.184)	-	-	-
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos	18(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	(147.483)	-	(147.483)	(121.285)	(268.768)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	299	-	(299)	-	-	-	-
Ganhos decorrentes de mudança de participação acionária	10	-	-	1.101	(127)	4.090	-	-	481	-	-	5.545	(5.546)	(1)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	803.703	803.703	664.908	1.468.611
Destinação do lucro:														
Constituição de reservas	18 (d)	-	-	-	-	-	40.185	-	-	-	(40.185)	-	-	-
Juros sob capital próprio, pagos	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.257)	(77.257)	(69.868)	(147.125)
Dividendos complementares	18 (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.572)	(82.572)	(67.530)	(150.102)
Lucros à disposição da assembleia	18 (e)	-	-	-	-	-	-	425.201	-	-	(425.201)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2024		2.173.975	(8.981)	700.451	(85.972)	8.352	200.986	512.422	276.963	-	-	3.778.196	3.087.353	6.865.549

Notas explicativas da administração - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional A LJN Participações S.A. ("Companhia") está sediada na cidade de São Paulo/SP, e tem como objetivo social e atividade preponderante a participação societária no capital da São Martinho S.A. ("SM") e em quaisquer outras empresas ("holding"), na qualidade de sócia ou acionista. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela Luiz Ometto Participações S.A. ("LOP"), João Ometto Participações S.A. ("JOP") e Nelson Ometto Participações Ltda. ("NOP"). A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração da Companhia em 17/07/2024. O investimento societário da Companhia, apresentado na Nota 10, é representado na sua totalidade, pela participação societária na SM (em conjunto doravante denominado "Grupo"), correspondente a 54,29% da totalidade das ações (55,01% das ações ordinárias em circulação). A SM é uma sociedade anônima de capital aberto, registrado no Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão com sede na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo, cuja atividade preponderante é o plantio de cana-de-açúcar e fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria- prima e a participação em outras sociedades. Na SM, aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, acionistas, empresas ligadas e parcerias agrícolas enquanto os restantes 30% são fornecidos por terceiros (fornecedores). Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e se encerra em dezembro, ocasionando flutuações nos estoques da SM. Vale ressaltar que o fornecimento da matéria-prima pode ser afetado por condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de abril a dezembro, período em que também se concentra a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia. Em março de 2023, na SM, inauguramos as operações da planta de etanol de milho na Usina Boa Vista, com capacidade de processamento de 495 mil toneladas de milho e a produção estimada de 200 mil metros cúbicos de etanol por safra. Além disso, a planta também se destaca na produção de DDGS (Distillers Dried Grains with Solubles) e óleo de milho, ampliando nossa gama de produtos. **Conflitos Geopolíticos** Os conflitos geopolíticos representam um risco para a SM. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da Companhia. **Variações Climáticas** Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, principalmente por intermédio de sua controlada SM, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos. **Reforma Tributária** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais. **2. Resumo das políticas contábeis materiais 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Referidas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimento do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31/03/2024. A adoção antecipada de normas, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alteração ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. As alterações do CPC 26 têm vigência a partir de 1º/01/2024, no caso da Companhia, a partir de 1º/04/2024. • **Alteração ao CPC 6 - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2024, no caso da Companhia, a partir de 1º/04/2024. • **Alteração ao CPC 3 – Demonstração dos fluxos de caixa:** a alteração emitida em maio de 2023 descreve as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2024, no caso da Companhia, a partir de 1º/04/2024. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.3 Base de consolidação e investimentos em controladas** As controladas são todas as entidades nas quais a SM detém o controle e, são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação dessas entidades é interrompida a partir do momento em que a SM deixa de exercer o controle sobre elas. O Consolidado é formado pela holding, sua controlada SM e suas controladas e coligadas indiretas por meio da SM. Os saldos consolidados das demonstrações financeiras atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários.
Bioenergética São Martinho S.A. ("Bio SM")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Santa Cruz S.A. ("Bio SC")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Boa Vista S.A. ("Bio BV")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergia São Martinho ("Bioenergia SM")	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	Participação em sociedades.
Biometano Santa Cruz Ltda. ("Biometano SC") (ii)	Produção e processamento de gás.

(i) SM Terras Imobiliárias inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários, constituídas através de SPEs (Sociedades de Propósitos Específicos). (ii) Empresa em fase pré-operacional. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Conversão em moeda estrangeira** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificáveis. **2.6 Instrumentos financeiros** O Grupo adota o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. Para contabilidade de *hedge*, a Companhia continua adotando os requerimentos do CPC 38. *a)* **Ativos Financeiros** Os ativos financeiros são classificados como: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação. *b)* **Passivos Financeiros** Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *c)* **Instrumentos financeiros derivativos** Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*. O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*. **2.7 Combinações de negócios e ágio** Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder: (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida; e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da São Martinho no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa. O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado. Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida. **Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas** Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martinho que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. **Dividendos e juros sob capital próprio** Aos acionistas é assegurado dividendo de 100% sobre o lucro efetivamente realizado no exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Para cálculo do dividendo serão deduzidas também a estimativa de gastos a serem incorridos no próximo exercício social. Serão considerados os lucros realizados os valores de dividendos declarados e/ou pagos pela SM. Durante o exercício, foi realizado o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP) no montante bruto de R$ 77.257 (R$ 127.171 em 31/03/2023). O valor distribuído de JCP foi calculado com base no JCP recebido da controlada SM após a dedução de PIS e COFINS. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/07/2023, os acionistas aprovaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R$ 147.483, referente ao exercício encerrado em 31/03/2023. Os dividendos a pagar foram apurados como segue:

	2024	2023
Realização de reserva de lucros mediante pagamentos de dividendos na SM	16.057	5.932
Dividendos mínimos obrigatórios	134.047	-
Base de cálculo dos dividendos a pagar	150.104	5.932
Participação da LJN na SM	55,01%	54,92%
Dividendos a pagar	82.572	3.258
Quantidade de ações	391.604	391.604
Dividendo por ação	0,2109	0,0083

A Administração

Hernani Carlos Euzébio - CRC 1SP199369/O-0

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003942-78.2018.8.26.0006 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). José Luiz de Jesus Vieira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SOCORRO FERREIRA DO NASCIMENTO FONSECA, RG 17.024.752-1, CPF 044.524.548-44, e SERGIO MONTEIRO DA FONSECA, RG 4.465.675-0, CPF 104.169.298-69, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Adriana da Silva Ribeiro e Luciana Ribeiro Camargo de Jesus, objetivando a adjudicação compulsória do imóvel registrado sob nº de matrícula 104.095, perante o 16º Cartório de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo, adquirido dos réus através de Contrato Particular de Promessa e Compra e Venda de Imóvel. Encontrando-se o(s) réu(s) em lugar incerto e não sabido, foi determinada a(s) sua(s) CITAÇÃO(ÕES), por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente(m) resposta(s). Não sendo contestada a ação, o(s) réu(s) será(ão) considerado(s) revel(éis), caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

2ª Vara de Registros Públicos EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº1038654-64.2022.8.26.0100O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado deSão Paulo, Dr(a). Fernanda Perez Jacomini, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Mario Anholeto, Ibrahim Hassam Jarouche, Espólio de Helga Irmgard FrankMobst, Espólio de Jorge Mobst Sobrinho, Leila Abadallah Abdouni, Marlene Sola Anholeto,Emilia Pereira Rios Domingues, Antonio Domingues, Marisa Lice Domingues, Manoel Domingues Neto, Idalina Aparecida Domingues, Boanésio Domingues, Lucia Helena Cortez Dominguez, Marcos Donizete Domingues e Jane Aparecida Domingues, réus ausentes, incertos,desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Nair Sanchez Motta e José Aparacido Mota ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre Imóvel localizado na Rua Solidônio Leite, n° 355, Vila Ivone, São Paulo/SP, CEP:03275-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze)dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

ABANDONO DE MERCADORIA

MAERSK AS, empresa constituída de acordo com a direito dinamarquês, neste ato representada por **ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA**, inscrita no CPNJ sob o nº 02.427.026/0001-46, com sede na Rua Verbo Divino, nº 8º andar, São Paulo/SP, CEP 04.719-002 vem, por meio desse edital, tornar público o abandono da mercadoria vinculada ao Booking: **2AVLAK0467**, devidamente armazenada na unidade de carga **MSKU9711638** por **POPINHAK IMPORT E EXPORT EIRELI** com destino à SUAPE/PE se tratando de remessa para depósito fechado no endereço WINDROSE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA – Complexo Indústrial Estrada Tdr. Norte, 7481 – SUAPE Cabo de Santo AGOSTINHO – PE CEP: 54590-000, referida mercadoria, individualizada nos instrumentos de embarque como BIOMASSA DE AÇAÍ, foi devidamente armazenada, ocasião na qual foi abandonada sem que nenhuma das partes envolvidas tomasse as providências necessárias. Em razão da necessária mitigação dos danos, a mercadoria encontra-se atualmente no referido endereço onde ficará até o prazo desse edital. Devidamente contatada, a parte responsável restou silente, configurando o abandono da mercadoria. Sem prejuízo das disposições contratuais acerca dos custos suportados pela **MAERSK AS** e suas representantes, o presente edital será publicado pelo prazo de 20 dias, sendo que após o transcurso do prazo a mercadoria será considerada abandonada, podendo MAERSK AS e suas representantes dispor da mercadoria de modo adequado para mitigação dos prejuízos já apurados e pendentes de aprovação.

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF 26.051.817/0001-82 - NIRE 35.300.494.776

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Terceira e Quarta Séries da Proquigel Química S.A. (Assumida por Polo Films Indústria e Comércio S.A.) Realizada em 13 de Junho de 2024

Data, Hora e Local: realizada em 13 de junho de 2024, às 10h, de forma exclusivamente remota e eletrônica ("Assembleia"), com a dispensa da videoconferência diante da presença dos Debenturistas (conforme definido abaixo) representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação (conforme definidas abaixo), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), e artigo 71, parágrafo 2º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"). Adicionalmente, nos termos da Resolução CVM 81, esta Assembleia será considerada como realizada na sede da Polo Films Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 360, 11º andar, sala Polo I, bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, com os votos proferidos via e-mail que foram arquivados na sede da Companhia. **Convocação:** dispensada a convocação por edital, tendo em vista que se verificou a presença de titulares das Debêntures da terceira e da quarta séries ("Debenturistas") representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 71, parágrafo 2º, e artigo 124, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações. **Presença:** presentes os Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, conforme se verificou da sua assinatura no livro próprio. Presentes, ainda, representante do Agente Fiduciário (conforme definido abaixo), representantes da Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticas Ltda. ("Fiadora") e representantes da Companhia. **Mesa:** Presidente: Paulo Victor Teixeira Sampaio; e Secretário: Reger da Rosa Souza, ambos unanimemente indicados para tais funções pelos Debenturistas presentes. **Ordem do Dia:** discutir, analisar e deliberar sobre (i) não incidência de Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão) sobre as Debêntures da respectiva série, pelo período de 7 (sete) meses, contados a partir de 12 de junho de 2024 (inclusive), até 12 de janeiro de 2025 (exclusive) ("Período de Não Incidência de Juros de Remuneração"); e (ii) aprovação para que a Companhia e o Agente Fiduciário realizem todos os atos e celebrem todos os documentos necessários para a implementação das matérias aprovadas, inclusive junto à B3 - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"). **Deliberações:** os Debenturistas, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram e aprovaram: **I.** a não incidência de Juros Remuneratórios durante o Período de Não Incidência de Juros de Remuneração, sendo que, para todos os fins, os Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão) voltarão a incorrer e serão devidos na mesma periodicidade descrita na Escritura de Emissão findo o Período de Não Incidência de Juros de Remuneração. **II.** autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário pratiquem todos os atos e celebrem todos os documentos necessários à implementação e formalização, no que for aplicável, das deliberações desta Assembleia, incluindo qualquer ato ou documento necessário para a exclusão dos eventos de pagamento no sistema administrado pela B3. **III.** Fica consignado, ainda, conforme esclarecimentos prestados pelo Agente Fiduciário, que na presente data existem pendências de formalização do 6º aditamento à Escritura de Emissão, no qual deverá ser formalizada a inclusão da Polo Films Importação e Exportação Ltda. como Fiadora da Emissão, bem como a inclusão das novas hipóteses de vencimento antecipado e a celebração de contrato de cessão fiduciária pela Polo Films Importação e Exportação Ltda. pela Companhia, conforme deliberações aprovadas pelos Debenturistas em assembleia geral realizada em 3 de novembro de 2022, as quais serão oportunamente sanadas. **Esclarecimentos:** Para fins desta Assembleia, "Debêntures" significam as debêntures emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Primeira Emissão de Proquigel Química S.A. (Assumida por Polo Films Indústria e Comércio S.A.)", celebrado em 21 de junho de 2017, conforme aditado em 14 de julho de 2017, em 27 de julho de 2017, 1º de setembro de 2017, 1º de novembro de 2017 e 8 de dezembro de 2017, entre a Companhia, na qualidade de emissora, e a Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente). Termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta Assembleia e que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, e artigo 71, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As deliberações desta Assembleia estão restritas apenas ao aqui disposto e não serão interpretadas como renúncia de qualquer direito dos Debenturistas e/ou deveres da Companhia, decorrentes de lei e/ou da Escritura de Emissão, ou impedirão, restringirão e/ou limitarão o exercício, pelos Debenturistas, de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuado na Escritura de Emissão, exceto pelo deliberado nesta Assembleia, nos exatos termos acima. Ficam ratificados todos os termos e condições da Escritura de Emissão que não foram objeto das deliberações desta Assembleia. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada pelos presentes e assinada pelos integrantes da mesa, pela Companhia, pelos Debenturistas, pela Fiadora e pelo Agente Fiduciário. Certifico que a presente é cópia fiel da ata da original lavrada no livro próprio. São Paulo, 13 de junho de 2024. Paulo Victor Teixeira Sampaio - Presidente da Mesa. Reger da Rosa Souza - Secretário da Mesa.

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF 26.051.817/0001-82 - NIRE 35.300.494.776

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Terceira e Quarta Séries da Polo Indústria e Comércio S.A. (Assumida por Polo Films Indústria e Comércio S.A.) Realizada em 13 de Junho de 2024

Data, Hora e Local: realizada em 13 de junho de 2024, às 11h, de forma exclusivamente remota e eletrônica ("Assembleia"), com a dispensa da videoconferência diante da presença dos Debenturistas (conforme definido abaixo) representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação (conforme definidas abaixo) , nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), e artigo 71, parágrafo 2º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"). Adicionalmente, nos termos da Resolução CVM 81, esta assembleia será considerada como realizada na sede da Polo Films Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 360, 11º andar, sala Polo I, bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, com os votos proferidos via e-mail que foram arquivados na sede da Companhia. **Convocação:** dispensada a convocação por edital, tendo em vista que se verificou a presença de titulares das Debêntures da terceira e da quarta séries ("Debenturistas"), representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 71, parágrafo 2º, e artigo 124, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações. **Presença:** presentes os Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, conforme se verificou da sua assinatura no livro próprio. Presentes, ainda, representante do Agente Fiduciário (conforme definido abaixo), representantes da Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticas Ltda. ("Fiadora") e representantes da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente: Paulo Victor Teixeira Sampaio; e Secretário: Reger da Rosa Souza, ambos unanimemente indicados para tais funções pelos Debenturistas presentes. **Ordem do Dia:** discutir, analisar e deliberar sobre (i) a não incidência de Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão) sobre as Debêntures da respectiva série, pelo período de 7 (sete) meses, contados a partir de 12 de junho de 2024 (inclusive), até 12 de janeiro de 2025 (exclusive) ("Período de Não Incidência de Juros de Remuneração"); e (ii) aprovação para que a Companhia e o Agente Fiduciário realizem todos os atos e celebrem todos os documentos necessários para a implementação das matérias aprovadas, inclusive junto à B3 - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"). **Deliberações:** os Debenturistas, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram e aprovaram: **I.** a não incidência de Juros Remuneratórios durante o Período de Não Incidência de Juros de Remuneração, sendo que, para todos os fins, os Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão) voltarão a incorrer e serão devidos na mesma periodicidade descrita na Escritura de Emissão findo o Período de Não Incidência de Juros de Remuneração. **II.** autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário pratiquem todos os atos e celebrem todos os documentos necessários à implementação e formalização, no que for aplicável, das deliberações desta Assembleia, incluindo qualquer ato ou documento necessário para a exclusão dos eventos de pagamento no sistema administrado pela B3. **III.** Fica consignado, ainda, conforme esclarecimentos prestados pelo Agente Fiduciário, que na presente data existem pendências de formalização do 6º aditamento à Escritura de Emissão, no qual deverá ser formalizada a inclusão da Polo Films Importação e Exportação Ltda. como Fiadora da Emissão, bem como a inclusão das novas hipóteses de vencimento antecipado e a celebração de contrato de cessão fiduciária pela Polo Films Importação e Exportação Ltda. pela Companhia, conforme deliberações aprovadas pelos Debenturistas em assembleia geral realizada em 3 de novembro de 2022, as quais serão oportunamente sanadas. **Esclarecimentos:** Para fins desta Assembleia, "Debêntures" significam as debêntures emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da Primeira Emissão de Polo Indústria e Comércio S.A. (Assumida por Polo Films Indústria e Comércio S.A.)", celebrado em 21 de junho de 2017, conforme aditado em 14 de julho de 2017, em 27 de julho de 2017, 1º de setembro de 2017, 1º de novembro de 2017 e 8 de dezembro de 2017, entre a Companhia, na qualidade de emissora, e a Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente). Termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta Assembleia e que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, e artigo 71, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As deliberações desta Assembleia estão restritas apenas ao aqui disposto e não serão interpretadas como renúncia de qualquer direito dos Debenturistas e/ou deveres da Companhia, decorrentes de lei e/ou da Escritura de Emissão, ou impedirão, restringirão e/ou limitarão o exercício, pelos Debenturistas, de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuado na Escritura de Emissão, exceto pelo deliberado nesta Assembleia, nos exatos termos acima. Ficam ratificados todos os termos e condições da Escritura de Emissão que não foram objeto das deliberações desta Assembleia. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada pelos presentes e assinada pelos integrantes da mesa, pela Companhia, pelos Debenturistas, pela Fiadora e pelo Agente Fiduciário. Certifico que a presente é cópia fiel da ata da original lavrada no livro próprio. São Paulo, 13 de junho de 2024. Paulo Victor Teixeira Sampaio - Presidente da Mesa. Reger da Rosa Souza - Secretário da Mesa.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

CNPJ/ME n.º 09.352.896/0001-42 ´- NIRE 35.300.353.170

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15 de abril de 2024

Data, Hora e Local: São Paulo, 15 de abril de 2024, às 09h, na sede social da Companhia de Participações Aeroportuárias ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º Andar – Parte, São Paulo/SP, CEP 04551-065. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade das Acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº. 6.404/76, conforme alterada ("LSA"). **Mesa:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretário: Francisco Daniel Holanda Noronha. **Ordem do Dia: (i)** Tomar conhecimento das renúncias formulada pelos Senhores **Roberto Penna Chaves Neto**, **Miguel Dau** e **Mônica da Cruz Lamas** aos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia; e **(ii)** eleger seus respectivos substitutos. **Deliberações:** As acionistas, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram aprovar: **1.** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o parágrafo 1º, do artigo 130, da LSA; **2.** O conhecimento dos pedidos de renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia formulados pelos Senhores **Roberto Penna Chaves Neto**, **Miguel Dau** e **Mônica da Cruz Lamas**, conforme cartas de renúncia apresentadas à Companhia; **2.1.** Aprovar a eleição dos seguintes membros efetivos do Conselho de Administração: **(a) Ana Maria de Castro Rovai**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 26.381.931-0/SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob n.º 276.198.128-65;com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904; **(b) Marcus Vinícius Vieira Macedo**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 264573493/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 268.163.238-23, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904; e **(c) Jose Ricardo Hernandez Larios**, salvadorenho, casado, economista, portador do passaporte SLV D02514836, residente e domiciliado em San José, Escazú, Residencial Los Laureles, Costa Rica; todos com mandato até 01/09/2024, devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos; **2.2.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram terem conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores e consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades de administrador da Companhia, conforme Termos de Posse, Declarações de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia; **3.** Com as deliberações acima, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto pelos seguintes membros: **(a) Fábio Russo Corrêa**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 16830417 SSP/SP inscrito no CPF/ME sob nº 014.930.467-64, com endereço profissional na Av. Chedid Jafet, nº 222, bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04551-065, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária de 01/06/2022 ("AGE 01/06/2022"); **(b) Ana Maria de Castro Rovai**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 26.381.931-0/SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob n.º 276.198.128-65, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904, membro efetivo eleita na presente data; **(c) Marcus Vinícius Vieira Macedo**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 264573493/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 268.163.238-23, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904, membro efetivo eleito na presente data; **(d) Jose Ricardo Hernandez Larios**, salvadorenho, casado, economista, portador do passaporte SLV D02514836, residente e domiciliado em San José, Escazú, Residencial Los Laureles, Costa Rica, membro efetivo eleito na presente data; **(e) Simon Daniel Locher**, suíço, casado, economista, portador do passaporte n.º X4370181 e da cédula de identidade RNE nº VO70342F, expedida pelo Departamento de Polícia Federal, e inscrito no CPF sob n.º 233.805.848-86, com endereço profissional na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dias Ferreira, nº 78, sala 301, Leblon, CEP 22431-050, membro efetivo eleito na Assembleia Geral Extraordinária de 05/12/2022 às 10h; e **(f) Tobias Market**, suíço, divorciado, psicólogo, portador do passaporte nº X0046062, inscrito no CPF sob nº 711.018.411-09, com endereço profissional na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dias Ferreira, nº 78, sala 301, Leblon, CEP 22431-050, membro efetivo; todos com mandato até 01/09/2024. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Ana Maria de Castro Rovai. Acionistas: (1) CCR España – Concesiones y Participaciones S.L.U.; (2) Holding IDC S.A.; e (3) Aport S.A. A presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. **MESA: Fábio Russo Corrêa** - *Presidente da Mesa* e **Ana Maria de Castro Rovai** - *Secretária.* JUCESP nº 252.154/24-1 em 21.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BH Stock Festival segue confirmado pela Justiça Federal

Em decisão da 1ª Vara Federal Civel de Belo Horizonte está mantida a realização da sétima etapa da Stock Car Pro Series em BH

Foto/Rodrigo Guimarães

Stock *Car Pro Series*

Mais um capítulo na batalha para a realização da etapa mineira da Stock Car Pro Series foi superada nesta sexta-feira, 12 de julho. A juíza federal Adriane Luísa Vieira Trindade, da 1ª Vara Federal Civel de Belo Horizonte, manteve a realização do evento em Belo Horizonte, entre os dias 15 e 18 de agosto.

A ação do Ministério Público Federal tinha objetivo de suspender a venda de ingressos para a realização do evento até que os testes de impactos sonoros fossem realizados e se mostrassem efetivos.

A magistrada em sua decisão, deferiu parcialmente o pedido do Ministério Público Federal (MPF) para que, no prazo de dez dias, os organizadores da etapa de Belo Horizonte da Stock Car apresentem "proposta de mitigação acústica - contendo detalhamento de suficiência técnica, bem como viabilidade de implantação - nos pontos de impacto biologicamente sensíveis da UFMG: Hospital Veterinário, biotério central, biotério de cães, biotério de macacos e estação ecológica". A decisão de sexta-feira (12) descartou a paralisação das vendas de ingressos, patrocínios e áreas de relacionamento.

No entendimento da magistrada o evento está muito próximo e, neste momento, não cabe à Justiça suspender a sua realização. Ela destacou como pontos importantes para a sua decisão o alto investimento já empenhado, os funcionários contratados e, também, o compromisso firmado com o Ministério Público de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte, para mitigar os impactos sonoros do BH Stock Festival.

Sérgio Sette Câmara, diretor da empresa Speed Seven Participações Ltda, que responde pela organização do evento, comentou a decisão. "Recebemos com muita serenidade a decisão da juíza Adriane Luísa Vieira Trindade, profissional que tem grande experiência e analisou o caso de forma muito detida. Ao nosso ver a decisão foi muito bem redigida e determinou a apresentação de um estudo de mitigação dos impactos sonoros. Do nosso lado, é algo que chegou de forma natural, uma vez que já vem sendo realizado e, inclusive, foi apresentado no acordo com o Ministério Público Estadual e Prefeitura. Faremos exatamente o mesmo trâmite dentro do prazo estabelecido pela decisão judicial. Além de apresentar este estudo vamos, sobretudo, implementar de forma eficiente a solução acústica apresentada, uma vez que nosso objetivo, obviamente, é o de realizar, além do evento de 2024, as próximas quatro edições acordadas com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Vicar Promoções Desportivas S/A - promotora nacional da Stock Car".

O evento, que marca a estreia do campeonato Stock Car Pro Series em Belo Horizonte, vai proporcionar emoções na pista, com treinos e competições, shows musicais, espaços dedicados a atividades para toda a família e um festival gastronômico, na Esplanada e no entorno do Mineirão.

Data: 15 a 18 de agosto de 2024 (quinta a domingo)

Local: Entorno e Esplanada do Mineirão - Av. Antônio Abrahão Caram, 1001 - Pampulha, Belo Horizonte – MG. Vendas disponíveis em https://www.sympla.com.br/

Kartismo: AKSP Master Challenge disputa 4ª etapa do Interlagos Trophy

O GP Olhar Clínico Marketing vai abrir a segunda metade do Interlagos Trophy e do AKSP Master Challenge, em disputas que serão realizadas no dia 18/7 no Kartódromo de Interlagos (SP).

Após três etapas os líderes do Interlagos Trophy e do AKSP Master Challenge são Gabriel Vitorino (Light), Allan Félix Espadrezani (Graduados), André dos Reis (Elite), Marco Verga (Sênior) e Janaina Zoumbounelos (Mulheres em Ação).

A cada etapa o AKSP promove uma ação social. Desta vez será em prol do pai de uma pilota que terá que fazer duas cirurgias com urgência.

Antes da etapa foram realizados sorteios entre todos os pilotos que pagaram antecipadamente as suas inscrições. Marco Verga (Sênior) e Cláudia Leite (Mulheres em Ação) ganharam um par de Luvas DKR com personalização. Gabriel Vitorino (Light), Rodrigo Parmezzani (Graduados), André Reis (Elite), Beto Dicker (Sênior) e Claudia Franco (Mulheres em Ação) ganharam cesta de frutas e verduras oferecidas pelo Empório Santa Nina.

No sorteio de uma lavagem técnica no valor de R$ 200, oferecida por Panda Garage Car Detail, os felizardos foram Luiz Henrique Pereira (Light), Vitor Filipe (Graduados), Alexandre Porche (Elite), Roberto Guimrães (Sênior), Bruna de Lima (Mulheres em Ação). Os outros sortudos ganharam Cartão de Visita Digital da Olhar Clínico Marketing. Foram Luan Luz (Light), Paulo Daniel (Graduados), Jorge Roque (Elite), Luiz Gouvêa (Sênior), e Elisangela Rodrigues da Silva (Mulheres em Ação).

Foto/ Emerson Santos

A *categoria Mulheres em Ação deverá ter por volta de 20 pilotas*

Outros sorteios entre todos os participantes serão voucheres da Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Frangaria JK, Mary Estética, Rolley Beach, 5M Salão de Beleza, Studio Divando e Studio 16 Hair e Beauty Moema.

Os seis primeiros colocados de cada categoria serão premiados com kits Giovanna Baby, e o vencedor e sétimo colocado de cada modalidade levará para casa um kit da Cervejaria Paulistânia.

Em momento de descontração, o último colocado de cada prova receberá o 'Troféu Mão de Pau', acompanhado de voucher para aulas de violão online da MRC Produções. O Auto Posto Colônia oferecerá um galão de combustível para o Casal Gasolina. Fechando a programação, será dividido o tradicional bolo para os aniversariantes do mês.

O AKSP Master Challenge tem o apoio de Agência Olhar Clínico Marketing, Arte Vidros Cris, Assima Contabilidade, Auto Posto Colônia, Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Cervejaria Paulistânia, Cris Barros Bijou, Doutora Idma Guimarães, Empório Mafalda, Empório Santa Nina, Exotic Limousine, Frangaria JK, Giovanna Baby, Grand Assessoria de Crédito, Luvas e Macacões DKR, Mary Estética, MRC Produções, Mundo Papercraft, Olhar Clínico Marketing, Panda Garage, Phytoervas, Pousada Caminhos da Vila Chantal, Restaurante Low BBQ, Rolley Beach, 5M Salão de Beleza, San Race, Speed Truck, SM Reparação de Veículos, Studio Divando, Studio 16 Hair e Beauty Moema, TatiSapia Organiza.

WhatsApp: 11-99681.3549; Siga o Instagram @aksp.19; Siga o Instagram @GPMulheresemAcao

Triunfo em Interlagos coloca TOYOTA GAZOO Racing na disputa da liderança do WEC

A TOYOTA GAZOO Racing celebrou no domingo a vitória nas 6 Horas de São Paulo, quinta etapa da temporada 2024 do WEC, o Mundial de Endurance, disputada no Autódromo de Interlagos. Sébastien Buemi, Brendon Hartley e Ryo Hirakawa tomaram a liderança da disputa no início da terceira hora de prova e dominaram a etapa brasileira do campeonato, que voltou a ser disputada após dez anos e contou com um público de 73.205 pessoas no final de semana.

Os pilotos da fabricante dominaram completamente o final de semana na capital paulista. No sábado, Kamui Kobayashi garantiu a pole position para o Toyota GR 010 Hybrid número 7. O japonês, que corre ao lado de Mike Conway e de Nyck de Vries, liderou as duas primeiras horas de disputa, até precisar fazer uma parada não programada nos boxes, cedendo a ponta para o time do carro numeral 8, de Buemi, Hartley e Hirakawa. O resultado foi celebrado por Akio Toyoda, fundador do time.

Foto/ Rafa Catelan

Ryo *Hirakawa, Sébastien Buemi e Brendon Hartley*

"Parabéns ao Séb, Brendon e Ryo e a todos do carro número 8 pela vitória. Todos estavam motivados pela decepção de Le Mans e vocês compensaram isso não apenas para a equipe do WEC, mas a todos da TOYOTA GAZOO Racing. Todos do carro número 7 podem não ter superado essa frustração, mas a forma como todos eles lutaram para voltar ao quarto lugar depois de cair para 17º foi fantástica. Especialmente a ultrapassagem de Kamui no final foi incrível", disse Toyoda.

O resultado foi importante para a TOYOTA GAZOO Racing, que avançou para a vice-liderança do Mundial de Construtores ao alcançar 122 pontos, distante apenas quatro pontos da liderança do campeonato. Entre os pilotos, Kobayashi e De Vries seguem na terceira posição com 95 pontos, ante 117 dos primeiros colocados. Buemi, Hartley e Hirakawa entraram no grupo dos cinco primeiros na tabela de classificação, alcançando os 69 pontos após cinco etapas do campeonato.

Hartley destacou a importância da primeira vitória da temporada. "Não tivemos a melhor das temporadas até agora com o carro número 8, portanto, conseguir essa vitória é fantástico. O carro 7 fez uma corrida incrível, eles estavam voando hoje, então me sinto mal por eles. Meu primeiro stint na largada não foi fácil, com muita degradação dos pneus, mas conseguimos superar isso e fizemos uma corrida limpa e agradável. Conseguimos a vitória e isso é o que importa. Também marcamos bons pontos para o Campeonato Mundial, portanto, queremos manter esse ritmo nas próximas corridas", disse.

Hirakawa destacou o esforço de toda a equipe. "Já faz muito tempo desde a última vitória no Bahrein, mas nunca desistimos e sempre nos esforçamos muito. Meu stint não foi fácil com a degradação, então precisei cuidar dos pneus. Tive a chance de trocar os pneus do lado direito, mas ainda precisei controlar bastante os pneus, então fiquei feliz por ter conseguido manter a diferença para o carro de trás. Para a equipe no Campeonato Mundial de Construtores, era importante vencermos a corrida, e estou feliz por isso. Agradeço aos fãs pelo apoio durante todo o fim de semana e a toda a equipe pelo enorme esforço nesta semana. Faltam três corridas, portanto, continuaremos lutando pelo título", completou.

O Mundial de Endurance segue a temporada 2024 no próximo dia 1º de setembro, quando visitará o Circuito das Américas, nos Estados Unidos, para a disputa da Lone Star Le Mans.

Miguel Silva correu em duas categorias e saiu como vice-campeão do Open da Copa do Brasil

O kartista Miguel Silva (RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) considerou altamente positiva a sua participação no Open, evento preparatório para a Copa do Brasil, que será realizada de 24 a 27/7 no Circuito Internacional Paladino, em Conde, na Paraíba. Ele foi vice-campeão na F4 Júnior e 10º colocado na categoria Júnior.

"Achei o Open muito legal e foi importante em todos os sentidos para ter uma participação bem melhor no segundo campeonato mais importante do kartismo brasileiro. Gostei bastante do Circuito Paladino, que eu não conhecia, e gostei das minhas corridas na F4 Júnior. Já na Júnior não gostei dos meus resultados, mas que serviram como aprendizado para a Copa", comentou o garoto de 12 anos de idade.

Na F4 Júnior Miguel Silva estabeleceu a terceira marca na tomada de tempos. Na primeira bateria, com a pista molhada, na terceira volta ele já passou na vice-liderança. Na oitava passagem fez a volta mais rápida (1min09s744), e no penúltimo giro assumiu a ponta. No entanto, Paulo Willemann foi na sua referência e deu o troco, vencendo a prova.

Na segunda bateria, largando novamente do terceiro posto, agora com a pista seca, na segunda volta Miguel era o vice-líder, posição que ocupou até a 11ª passagem, quando começou a chover e ele assumiu a ponta, para vencer com boa vantagem após as 15 voltas, com Willemann em segundo.

Como cada um dos pilotos venceu uma bateria, o critério adotado pela organização para definir o campeão do Open foi a tomada de tempos, e com isto Paulo Willemann ficou com o primeiro posto e Miguel Silva foi o vice-campeão. "Achei que foi legal, mas podia ser melhor. Vacilei na tomada de tempos e na última volta da primeira bateria. Eu podia ter vencido as duas corridas", acredita o representante da RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel.

Na categoria Júnior 'Miguelito' largou em quinto nas duas baterias, mas não conseguir manter um bom ritmo e terminou as duas provas na 10ª posição. "Meus resultados podiam ser muito melhores, cometi muitos erros. Tenho certeza que na Copa do Brasil estarei mais bem preparado e brigarei pelo pódio", confia Miguel Silva.

"No final das contas foi positiva a participação do Miguelito no Open. Teve um excelente aprendizado da pista em todas as situações, no seco e debaixo de garoa e chuva. Ele tem poucas corridas na carreira dele, falta mais malícia. Vai chegar na Copa do Brasil com mais experiência e mais competitivo", avaliou Odair Brito, chefe da equipe Dai Motorsport/Nikima Racing.

Kart Terapia

Inclusão e Alegria no Kartódromo de Nova Odessa marcaram a semana da Brand Têxtil

Foto/ Ana Barbosa

Brand *Têxtil*

O Kartódromo de Nova Odessa foi palco de um evento inovador que trouxe alegria e inclusão para crianças e adolescentes com deficiência (PCDs). Idealizado pelo americano Gene Fireball, o Kart Terapia tem a intenção de proporcionar toda a adrenalina que o esporte a motor tem para crianças com impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

O evento aconteceu sob sugestão da Brand Têxtil, tal como com o apoio da empresa que tem uma área designada à ações sociais. Além de Gene, o Kart Terapia do último dia 10 de julho contou com Marcelo Vianna como piloto responsável por dar mais de duas voltas na pista com cada criança. Marcelo é piloto profissional e hoje corre na categoria Endurance Brasil.

Os karts utilizados no evento são adaptados para garantir a segurança e a acessibilidade das crianças. A Brand Têxtil se orgulha em apoiar iniciativas como o Kart Terapia, que promovem a igualdade e o bem-estar da comunidade.